



Companhia Celg de Participações -
CELGPAR

CNPJ 08.560.444/0001-93
CAPITAL ABERTO

Relatório da Administração
Exercício findo em
31 de dezembro de 2018

Handwritten signatures in blue ink, including a large signature and a smaller one with a checkmark.

MENSAGEM AOS ACIONISTAS

Senhores Acionistas,

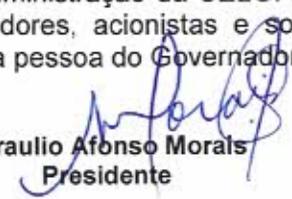
Submetemos à apreciação dos senhores acionistas o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia Celg de Participações – CELGPAR (“CELGPAR”), acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes, Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário e Parecer do Conselho Fiscal, bem como as Declarações dos Diretores que reviram, discutiram e concordaram com as Demonstrações Financeiras e as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, conforme disposto no art. 25º, § 1º, incisos I, II, III, V, VI e IX da Instrução CVM Nº. 480, de 7 de dezembro de 2009, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Informamos que as Demonstrações Financeiras Consolidadas apresentadas estão em conformidade com os padrões estabelecidos pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, chamados de *International Financial Reporting Standards – IFRS*, e por sua vez, em conformidade com os normativos formulados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

A CELGPAR, tendo o Estado de Goiás como seu principal controlador, jurisdicionada à Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos de Goiás - SECIMA, foi constituída em 4 de dezembro de 2006, proveniente da segregação de ativos da Companhia Energética de Goiás, sendo criada por Escritura Pública, conforme autorização concedida pela Lei Estadual nº 15.714 de 28 de junho de 2006. A CELGPAR é uma Companhia por ações de capital aberto, constituída com o objetivo principal de atuar como holding, participando no capital de outras sociedades dedicadas às atividades de Distribuição, Transmissão, Geração e Comercialização de energia elétrica.

A holding detém participação acionária na subsidiária integral CELG Geração e Transmissão S.A. – CELG GT (“CELG GT”), e dentre as realizações ocorridas no ano de 2018, no âmbito da CELGPAR e da CELG GT, destaca-se a atuação da CELGPAR no sentido de fortalecimento do fluxo de caixa da sua subsidiária integral, especificamente pela capitalização do montante de dividendos distribuídos pela CELG GT, referente ao exercício social anterior, bem como pela realização e capitalização de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC, que culminaram com a acentuação da curva de investimentos da CELG GT no ano de 2018, com vistas a se manter e perpetuar a situação de equilíbrio econômico-financeiro da concessão de Geração e Transmissão.

Por todos estes aspectos, a administração da CELGPAR agradece a colaboração de seus empregados, clientes, fornecedores, acionistas e sociedade, em especial o apoio recebido pelo acionista majoritário, na pessoa do Governador Ronaldo Ramos Caiado.


Bráulio Afonso Moraes
Presidente

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Em milhares de Reais ou em outra base quando indicado)

1- CENÁRIO MACROECONÔMICO

No ano de 2018, a economia brasileira cresceu em termos reais 1,12%, frente ao crescimento real do PIB em 2017 de 1,06%. Tal dado consolida a interrupção da recessão, mas ainda reflete um crescimento contido. A não aprovação da reforma da previdência e problemas internos como a greve dos caminhoneiros atuaram contra uma recuperação econômica mais consistente.

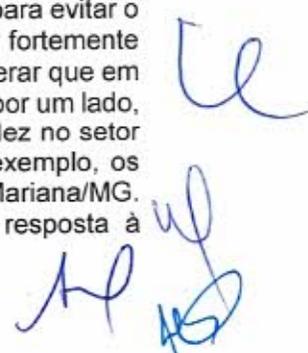
A taxa de Investimento, como proporção do PIB, encerrou 2018 em 15,83%, enquanto em 2017 ficara em 14,98%. Em consequência, a taxa de desemprego sofreu uma leve redução, passando de 12,80% em 2017 para 12,30% em 2018. Ainda com relação a parte real da economia, observa-se uma redução no superávit comercial do Brasil que em 2018 ficou em US\$ 53.587 milhões, frente aos US\$ 64.028 milhões de 2017.

A inflação manteve-se, a despeito da greve dos caminhoneiros, dentro da margem de erro estipulada pelo BACEN no cumprimento do regime de metas de inflação (entre 3,0% a.a. e 6,0% a.a.), o IPCA fechou o ano de 2018 em 3,75%. A Dívida Pública em 2018 ficou em 53,77% do PIB.

Com as eleições no ano de 2018, tem-se uma definição política pela perspectiva de medidas austeras relativas a diversas variáveis macroeconômicas e pelo conservadorismo quanto ao uso da arrecadação como instrumento de incentivo econômico de curto prazo. No âmbito internacional, há a sinalização de redução da taxa de juros dos títulos de curto prazo do FED por parte da autoridade monetária, e, portanto, abre-se a possibilidade de retorno dos fluxos financeiros aos países emergentes e redução da valorização do dólar perante outras moedas.

Na comparação internacional, o banco mundial prevê ligeira redução do crescimento mundial, aumento do crescimento da América Latina e do Brasil. No cenário nacional, há uma grande indefinição do desempenho econômico em razão de incertezas quanto aos rumos das reformas de estado, sobretudo quanto a reforma da previdência, o papel das agências de fomento e a forma de os entes federativos endereçarem as questões fiscais.

Em termos de situação fiscal, houve deterioração da situação fiscal dos entes federados, e dentre estes os mais afetados são os Estados-Membro da federação. O agravamento do endividamento público gera a expectativa de que os governos não só reduzam os investimentos públicos, como também flexibilizem as regulamentações de investimentos externos, para evitar o estrangulamento do setor de infraestrutura, haja vista que a poupança interna é fortemente consumida pelos governos na rolagem das dívidas. Como resultado, é prudente esperar que em 2019 acentue o processo de internacionalização dos investimentos de infraestrutura por um lado, e por outro uma massiva redução das ações do Estado enquanto provedor de liquidez no setor financeiro, com possível exceção para questões "protetivas" pontuais, como por exemplo, os desastres ambientais de comoção pública havidos em Brumadinho/MG e em Mariana/MG. Acreditamos no recrudescimento dos financiamentos de fontes públicas como resposta à deterioração fiscal.



Com relação à questão cambial, há expectativa de estabilidade do real perante o dólar, sinalizado tanto no cenário interno quanto no externo. Naquele, a perspectiva de direcionamento das questões de estabilização do endividamento público e a consequente recuperação fiscal altera as expectativas do mercado de que no futuro estejam refreadas pressões por aumento de tributação. Ações estatais nesse sentido reduzem as incertezas de longo prazo e tendem a atrair capitais externos, valorizando a moeda nacional. Ampliando esta análise, se houver no Brasil uma reforma fiscal estrutural que trate de assuntos como previdência, simplificação tributária e burocrática, podemos esperar uma reversão das expectativas dos agentes privados quanto ao futuro, hoje entendido como de baixa perspectiva aos empreendedores, e a volta dos investimentos privados no país.

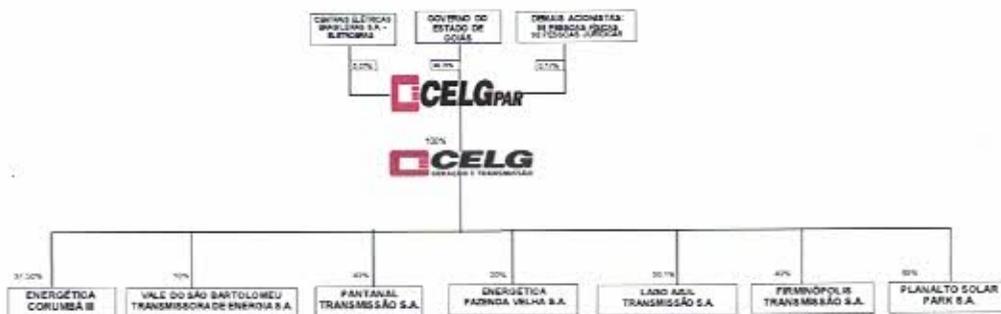
Cumulativamente, sob a ótica do setor externo, a alteração na política monetária do Federal Reserve (FED) assumindo um viés conciliador, ou de afrouxamento monetário que objetivará a redução das taxas de juros, incentiva os investidores do mercado americano a realizar diversificação internacional de portfólios visando maiores rentabilidades. O somatório desses efeitos internos e externos poderão constituir um choque de demanda sob o real, valorizando-o.

Quanto às implicações macroeconômicas aplicadas ao setor elétrico brasileiro, a austeridade fiscal possivelmente implicará redução da iniciativa pública no setor, indicando alta probabilidade de privatizações e estagnação do ritmo dos investimentos públicos. Redução do financiamento pelas agências de fomento e bancos públicos ocasionarão redução do montante de financiamento por empresas públicas, com provável aumento do custo ponderado médio de capital setorial e a possível aumento do Market Share das empresas privadas. Tendência de alta do dólar, se confirmada, aumentará o custo de componentes importados do CAPEX, elevando-o; e por outro lado, intensificará o mercado de hedge por parte dos compradores de despesa de capital e reduzirá e/ou barateará as compras de hedge cambial.

2- ANÁLISE SETORIAL

2.1 – GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A CELG GT foi criada após a cisão das atividades de Distribuição, Geração e Transmissão, determinada pelo Poder Concedente através da Lei nº. 10.848/2004. A Companhia é uma subsidiária integral da CELGPAR, sendo a atual composição acionária a seguinte:



Atualmente, a Controlada CELG GT possui participação em duas Sociedades na área de Geração (Corumbá III e Energética Fazenda Velha), além de participar de uma série de projetos

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'u' and initials 'AP' and 'HS'.

de geração a partir de fonte hidrelétrica (discriminados no item 2.1.2). Participa, ainda, de quatro sociedades de propósito específico – SPE já constituídas no segmento de Transmissão (Vale do São Bartolomeu Transmissora S.A., Pantanal Transmissão S.A., Lago Azul Transmissão S.A. e Firminópolis Transmissão S.A.) e de uma SPE no segmento de Geração Fotovoltaica (planta de 5MW) em fase pré-operacional denominada Planalto Solar Park S.A., a ser implantada na Subestação Planalto, no município de Morrinhos – GO.

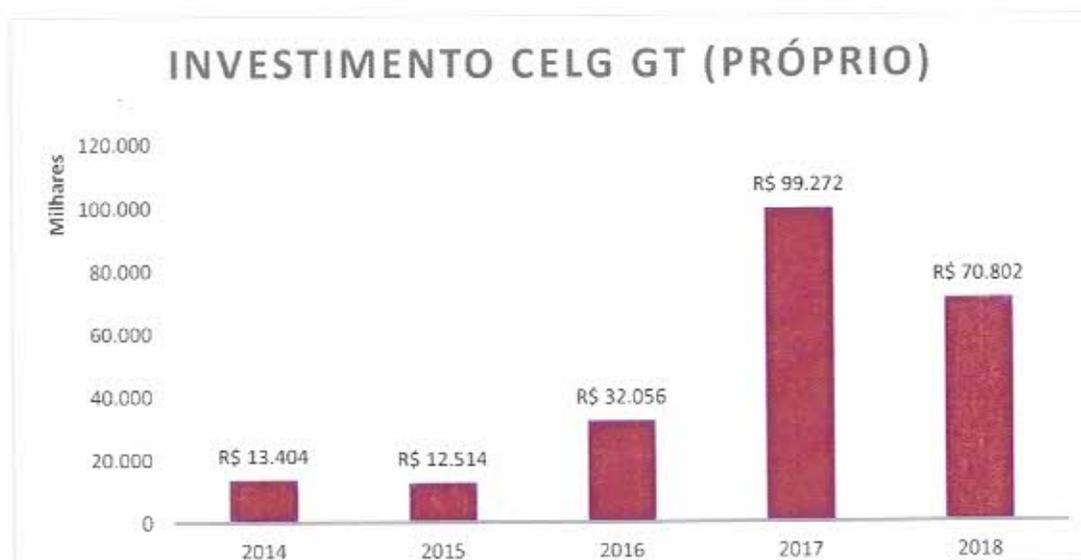
2.1.1 ATIVIDADES DE TRANSMISSÃO

No encerramento do exercício social de 2018, em decorrência do Contrato de Concessão Corporativo de Transmissão nº 063/2001, a Controlada CELG GT detinha 744,7 km de Linhas de Transmissão situadas no Estado de Goiás.

Além das Linhas de Transmissão, a Controlada CELG GT opera e mantém 12 subestações, as quais possuem atualmente capacidade instalada de 2.583,4 MVA.

De forma complementar, a Controlada CELG GT possui mais dois Contratos de Concessão Corporativos de Transmissão, de números 003/2015 e 004/2016, referente à Linha de Transmissão 230KV de 11km (LT Itumbiara-Paranaíba), e implantação de Compensador Estático de 300MVA na SE Luziânia, respectivamente.

O investimento total realizado pela Controlada CELG GT em 2018 reduziu em 28,7%, passando de R\$99,2 milhões em 2017, ano que se teve expressivos investimentos do Contrato de Concessão 04/2016 (Compensador Estático - SVC Luziânia), passando para R\$ 70,8 milhões, conforme o histórico dos últimos cinco anos, apresentado abaixo:



Em 2019 estão projetados investimentos da ordem de R\$ 113 milhões, sendo R\$ 105 no sistema de Transmissão e R\$ 8 em Geração. Em relação a este último, está em andamento o projeto de ampliação da Usina Rochedo, cujo estudo de motorização aponta para uma ampliação de 9 MW, ampliando a capacidade instalada de 4 para até 13 MW. O projeto deverá ser submetido aos agentes institucionais ainda no ano de 2019 e, sendo devidamente autorizado, requererá

[Assinatura]
5 *[Assinatura]*

investimentos na ordem de R\$ 45 milhões, com previsão de conclusão das obras de ampliação no ano de 2021.

No ano de 2018, a Controlada CELG GT também investiu cerca de R\$ 12 milhões em parcerias, relacionadas as Sociedades de Propósito Específico - SPE de Transmissão e Consórcios de Geração, conforme segue:



Em 2018, com a perspectiva de manutenção do crescimento sustentável compatível com os referenciais estratégicos da Controlada CELG GT, ocorreu a participação desta nos leilões de transmissão e de geração. Na geração, a Controlada participou dos leilões 27/2018 A-4 e 28/2018 A-6, e na transmissão, no leilão 002/2018, lote 12. Mesmo não sagrando-se vencedora nestes certames, a Controlada se manteve firme no propósito de realizar um crescimento sustentado em premissas de rentabilidade saudável e espera-se que em 2019 os esforços sinérgicos empreendidos resultem na viabilização de preços competitivos para os leilões vindouros.

2.1.2 ATIVIDADES DE GERAÇÃO

A Controlada CELG GT, em função da sua participação no Leilão Aneel nº. 12/2015, detém a concessão da Usina de Rochedo até 04 de janeiro de 2046, conforme Contrato de Concessão nº. 002/2016. Além disso, a empresa continua operando temporariamente a Usina de São Domingos, em atendimento à Portaria nº. 352/2013, emitida pelo Ministério das Minas e Energia - MME.

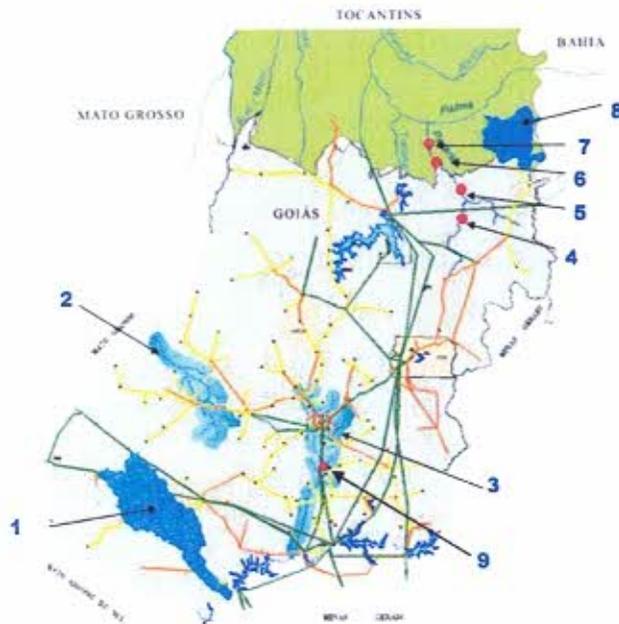
Com relação à Geração Própria, a Controlada CELG GT está desenvolvendo estudos para a ampliação da capacidade instalada da Usina de Rochedo, o que deverá ser submetido aos agentes institucionais e, quando devidamente autorizado, deverá envolver investimentos da ordem de R\$ 45 milhões, objetivando chegar a capacidade instalada em até 13MW.

A Controlada CELG GT detém também 15% da energia gerada na UHE Corumbá III, que equivale a 14,2MW médios de Potência Instalada, e 20% da energia a ser gerada na PCH

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the right and smaller ones at the bottom right.

Energética Fazenda Velha, que equivale a 3,3 MW médios de Potência Instalada. Esta última entrou em operação comercial no dia 11 de maio de 2016.

A ampliação do parque de Geração da Controlada CELG GT nos últimos anos tem sido capitaneada por meio de consórcios, que estão em fase de estudo e/ou disputando leilões com vistas a possibilitar as implantações. Os projetos de ampliação tem previsão de capacidade instalada na ordem de 605MW e a participação média da Controlada Celg GT é de 24,42%, conforme consta a seguir:



	Empreendimento	Potência (MW)	Participação CELG GT
1	Consórcio Médio Rio Claro	105	49%
2	Consórcio Rio Claro	68,2	9,90%
3	Consórcio Meia Ponte	174,5	9,90%
4	UHE Nova Roma	45	25%
5	UHE Foz do Atalaia	42	25%
6	UHE São Domingos	48	25%
7	UHE Paraná	90	25%
8	Consórcio Rio Mosquito	23,4	30%
9	Ampliação da UHE Rochedo	9	100%

2.1.3 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em 2018, o lucro líquido da Controlada CELG GT foi de R\$ 58.544, comparativamente ao lucro líquido de R\$ 88.209 apresentado em 2017. A receita operacional líquida atingiu R\$ 202.577, enquanto em 2017 situou-se em R\$ 249.321. Verifica-se, em 2018, a manutenção dos incrementos das Receitas Anuais Permitidas, conjuntamente às receitas financeiras da concessão e, por sua vez, da receita de construção de ativos próprios, em patamares mais do que suficientes para a cobertura dos seus custos e despesas operacionais, levando-a à condição de resultado operacional positivo na casa dos R\$ 66.520 em 2018.

Os custos operacionais totalizaram em 2018 o montante de R\$ 97.735, 20,29% inferiores em relação à 2017, destacando-se os custos com Pessoal/Administradores, Serviços de Terceiros e Custos de Construção, que representaram 18,25%, 6,87% e 72,44%, respectivamente, do total dos custos operacionais.

As despesas operacionais totalizaram em 2018 o montante de R\$ 38.322, 20,95% superiores em relação à 2017, destacando-se os custos com Pessoal/ Administradores, Serviços

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

de Terceiros e Provisão para Contingências, que representaram 69,27%, 11,30% e 8,29%, respectivamente, do total das despesas operacionais.

O EBITDA de 2018 (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização), da Controlada CELG GT totalizou R\$ 67.719 positivos, inferior ao montante apontado no exercício de 2017, fechado em R\$ 96.450 positivos. A variação negativa total de R\$ 28.731 reflete, sobretudo, também a redução da receita de transmissão em RBSE.

Nesta mesma linha, verifica-se que o EBITDA de 2018 da Controlada CELG GT se manteve em patamar positivo e ascendente, revertendo a situação histórica de EBITDA negativos desde o exercício de 2013, ou seja, observou-se que a manutenção operacional da Controlada se fundamentou na recuperação gradativa de suas receitas, aporte de sua acionista CELGPAR para fazer face ao seu plano de investimentos – que refletirão diretamente no incremento de novas receitas, e na reconfiguração do seu resultado financeiro, a partir do decréscimo acentuado nos seus encargos de dívidas, principalmente as de caráter mais oneroso.

O Patrimônio Líquido da Controlada CELG GT teve um aumento de 14,45% em 31 de dezembro de 2018, encerrando o exercício em R\$ 916.963. A estrutura de capital encerrou o exercício com 75,72% de capital próprio e 24,28% de capital de terceiros, sendo que a maior participação de capital de terceiros se referiu ao seguinte: a) tributos diferidos, que totalizaram R\$157.919; b) empréstimos e financiamentos em moeda nacional, que totalizaram R\$76.590; c) montante de dividendos a pagar distribuídos à Controladora CELGPAR, que alçaram o total de R\$ 13.904; e d) Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC efetuados pela Controladora CELGPAR, em um total de R\$13.600.

2.1.4 ASPECTOS ORGANIZACIONAIS

A Controlada CELG GT finalizou o exercício de 2018 consolidando a sua reestruturação, tanto em termos de infraestrutura interna (recursos de Tecnologia de Informação), quanto em termos de recursos humanos. Como parte relevante deste processo, após a realização do Concurso Público em 2014, foram convocados 57 profissionais em 2015, 26 profissionais em 2016, 24 empregados em 2017 e 8 empregados em 2018. Considerando as mutações de saídas e entradas de empregados, a Controlada CELG GT alçou crescimento do quadro próprio da ordem de 106% nos últimos quatro anos, saindo do quadro de 92 empregados em 2014 para o quadro de 190 empregados em 2018.

Somados a estes fatores, com relação à estratégia de atuação, a Controlada CELG GT consolidou e ratificou o seu Planejamento Estratégico para o decênio 2019-2028, tendo como linhas gerais a Expansão de suas Instalações de Transmissão e a Modernização de suas Usinas Hidrelétricas, além da possibilidade de exploração de outras soluções em energia, tanto em termos de apoio no desenvolvimento do Estado de Goiás, quanto na internalização de outras atividades que venham a ser desenvolvidas no setor de energia.

3 - DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

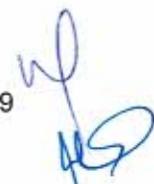
3.1 – SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA E PATRIMONIAL

Até 30/06/2009 a CELGPAR manteve as suas atividades operacionais mediante a utilização dos recursos disponibilizados pela sua Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT, através do contrato de mútuo número AJU 002/2007, firmado em 26 de setembro de

2007, e renovado pelo 1º termo aditivo de 27 de junho de 2008, com vigência até 30 de julho de 2009, ocorrendo a quitação desta obrigação com a Controlada no ano de 2011.

A partir de 30/06/2009 até 31/12/2018, por intermédio do acionista controlador, ocorreram os seguintes adiantamentos para futuro aumento de capital – AFAC, totalizando R\$1.252.877, cujas principais mutações encontram-se abaixo evidenciadas:

- a) R\$16.585 em datas distintas desde 30/06/2009, distribuídas no quadro abaixo, que objetivaram ofertar a continuidade operacional da Controladora. Do total de adiantamentos, R\$470 ocorreram no exercício social de 2015, objetivando preservar o fluxo de caixa da Celgpar neste período e, por sua vez, cobrir suas despesas operacionais;
- b) R\$100.000, em 29 de dezembro de 2011, ingressante na CELGPAR e aportado posteriormente na CELG D (atual Enel), objeto da 1ª tranche do acordo firmado entre a CELGPAR, o Estado de Goiás e a Eletrobras;
- c) R\$1.270.111, em 16 de maio de 2012, ingressante na CELGPAR e aportado posteriormente na CELG D (atual Enel), objeto da 2ª tranche do acordo firmado entre a CELGPAR, o Estado de Goiás e a Eletrobras;
- d) R\$35.720, em 30 de setembro de 2014, ingressante na CELGPAR e aportado posteriormente na CELG D (atual Enel);
- e) Do montante adiantado pelo Estado de Goiás na CELGPAR, R\$ 169.539 foram repassados ao acionista majoritário no exercício social de 2017, como forma de quitação parcial da assunção de dívida efetuada por este com a Caixa Econômica Federal, a favor da CELGPAR. Apesar deste repasse, o Estado de Goiás, por meio do Ofício nº 646, de 1º de novembro de 2017, de emissão da Secretaria da Fazenda, ratificou a decisão de promover a capitalização dos créditos remanescentes destes Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, mediante o cumprimento das formalidades legais/societárias de futuro processo de chamamento para aumento de capital, a ser promovido pela CELGPAR no decorrer do exercício social de 2019.


 9 

DATA	VALOR DO AFAC EM MIL
22/06/2009	717
29/09/2009	300
06/01/2010	509
09/04/2010	250
27/05/2010	250
09/06/2010	250
14/07/2010	150
16/08/2010	200
30/08/2010	200
13/09/2010	200
30/11/2010	249
06/04/2011	1.454
11/05/2011	1.454
07/07/2011	1.454
10/08/2011	1.454
19/09/2011	1.454
26/10/2011	1.455
29/12/2011	100.000
16/05/2012	1.270.111
31/10/2012	2.000
10/03/2014	235
26/03/2014	235
15/04/2014	235
14/05/2014	235
23/06/2014	235
29/08/2014	235
30/09/2014	35.720
30/09/2014	235
31/10/2014	235
28/11/2014	235
31/03/2015	235
30/04/2015	235
31/12/2017	-169.539
TOTAL	1.252.877

Dados e Indicadores Econômico-Financeiros Individuais

Indicadores	31/12/2017	31/12/2018	Varição em Módulo
			31/12/2017 - 31/12/2018
PMSO (Pessoal/Material/Serv. de Terceiros e Outros) R\$ mil	4.003	4.595	14,79%
Resultado do Serviço - EBIT (R\$ mil)	(4.290)	(6.061)	41,28%
EBITDA (R\$ mil)	(4.287)	(6.055)	41,24%
Lucro Líquido (R\$ mil)	124.768	62.506	-49,90%

Fonte: DGC-CONT - CONTADORIA

Dados e Indicadores Econômico-Financeiros Individuais

Indicadores	31/12/2017	31/12/2018	Varição em Módulo
	REAPRESENTADO		31/12/2017 - 31/12/2018
Liquidez Seca	16,0712900	60,0843621	273,86%
Liquidez Corrente	16,0712900	60,0843621	273,86%
Ativo Total - (R\$ mil)	1.011.238	1.072.347	6,04%
Passivo Circulante e Não Circulante - (R\$ mil)	2.788.820	2.787.099	-0,06%
Patrimônio Líquido - PL (R\$ mil)	(1.777.582)	(1.714.752)	-3,53%

Fonte: DGC-CONT - CONTADORIA

h

10

AS

Conforme dados e indicadores econômico-financeiros individuais, ocorreu no exercício social de 2018 um incremento nos indicadores de liquidez, devido a alteração na estrutura de capital da CELGP, decorrente principalmente do decréscimo no seu Passivo Circulante, em função da diminuição dos tributos sobre o lucro no decorrer do exercício de 2018.

Verificou-se também variações relevantes nos seguintes indicadores: a) PMSO (pessoal, materiais, serviços de terceiros e outros): em função da incorporação da correção pelo índice de inflação acumulado no Acordo Coletivo de Trabalho de 2018 (data-base em 1º de maio/2018), bem como a incorporação das obrigações com a folha de pagamento/encargos da Diretoria de Gestão Corporativa da CELGP e da criação do Comitê de Auditoria Estatutário; b) EBIT e EBITDA: pelas mesmas motivações relacionadas ao PMSO; e c) Diminuição no Lucro Líquido do exercício de 2018 comparativamente ao Lucro Líquido de 2017.

Com relação às demais mutações patrimoniais e de resultado ocorridas em 2018, observa-se que elas se fundamentaram principalmente pelo incremento no valor patrimonial do investimento na Controlada CELG GT, decorrente de capitalização de créditos (referente aos dividendos distribuídos do exercício de 2017 e Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital) no valor de R\$70.950, efetuado pela CELGP, e de apuração de lucro líquido do exercício de R\$58.544, por parte da Controlada CELG GT.

3.2 – VARIAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

A receita operacional bruta consolidada da CELGP, no ano de 2018, foi de R\$ 236.157, sendo que 85,78% ou o equivalente a R\$ 202.577 correspondem ao total da Receita Líquida, e os demais 14,22% equivalem às deduções da receita. A receita operacional bruta consolidada em 2018 apresentou aumento nas seguintes rubricas da Controlada CELG GT: a) incremento da Receita Anual Permitida – RAP, em 41,37%; b) aumento da receita financeira de contrato, em 9,57%; c) diminuição da receita de construção vinculada à sua curva de investimentos, em 28,68%; e d) ausência da receita atípica atrelada ao laudo de avaliação dos ativos de RBSE/RPC, ocorrida somente em 2017.

O total dos custos e despesas operacionais do consolidado, no ano de 2018, foi de R\$ 142.118. A maior parcela corresponde aos custos gerenciáveis com pessoal, material, serviços de terceiros e custos de construção, que totalizaram R\$ 131.769.

3.3 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

O Patrimônio Líquido Negativo consolidado da CELGP, em 31 de dezembro de 2018, totalizou em (R\$ 1.714.752), denotando ainda uma situação de passivo a descoberto. No entanto, houve um decréscimo nesta situação, comparativamente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, fundamentado na retenção do lucro líquido do exercício de 2018, no montante de R\$ 62.506, que serviram de base para a absorção contra os prejuízos acumulados da CELGP (artigo 189 da Lei nº 6.404/1976).

Destaca-se em termos de mutação do Patrimônio Líquido Consolidado a apresentação, no exercício de 2018, de um lucro líquido após IR e CSLL de R\$ 62.506 em comparação ao lucro líquido de R\$ 124.768 do exercício de 2017, fundamentado principalmente nos seguintes fatores: a) resultado financeiro positivo decorrente das receitas financeiras das operações de mútuo com a CELG D (atual Enel) e com a Controlada Celg GT; b) resultado da equivalência patrimonial positivo na Controlada CELG GT, no total de R\$ 58.544; c) provisão para imposto de renda e

contribuição social sobre o lucro líquido correntes, no total de R\$ 36.699; e d) reversão da provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos, no total de R\$ 14.236.

3.4 – INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS CONSOLIDADOS

Dados e Indicadores Econômico-Financeiros Consolidados			
Indicadores	31/12/2017	31/12/2018	Variação em Módulo 31/12/2017 - 31/12/2018
Receita Operacional Líquida - ROL (R\$ mil)	249.321	202.577	-18,75%
Outros) R\$ mil	53.270	63.116	18,48%
Resultado do Serviço - EBIT (R\$ mil)	90.731	60.459	-33,36%
EBITDA (R\$ mil)	92.168	61.664	-33,10%
Lucro Líquido (R\$ mil)	124.768	62.506	-49,90%
Margem EBIT - EBIT/ROL (%)	36,39%	29,84%	-17,99%
Margem EBITDA - EBITDA/ROL (%)	36,97%	30,44%	-17,66%
Margem Líquida - LUCRO LÍQUIDO/ROL (%)	50,04%	30,86%	-38,34%

Fonte: DGC-CONT - CONTADORIA

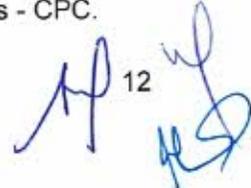
Dados e Indicadores Econômico-Financeiros Consolidados			
Indicadores	31/12/2017 REAPRESENTADO	31/12/2018	Variação em Módulo 31/12/2017 - 31/12/2018
Liquidez Seca	8,13615	6,74244	-17,13%
Liquidez Corrente	8,24339	6,82386	-17,22%
Ativo Total - (R\$ mil)	1.190.159	1.335.811	12,24%
(R\$ mil)	2.967.741	3.050.563	2,79%
Patrimônio Líquido - PL (R\$ mil)	(1.777.582)	(1.714.752)	-3,53%

Fonte: DGC-CONT - CONTADORIA

Conforme dados e indicadores econômico-financeiros consolidados, ocorreu no exercício social de 2018 uma redução nos indicadores de liquidez devido a alteração na estrutura de capital consolidada da CELGPAR, decorrente dos seguintes fatores: a) aumento no Ativo Circulante, em função das mutações ocorridas no Ativo de Contrato (Concessão de Transmissão da Controlada Celg GT); b) aumento do Ativo Circulante, em função do ingresso de recursos decorrentes de operação de crédito por meio do FCO – Banco do Brasil, efetuado pela Controlada Celg GT; e c) aumento no seu Passivo Circulante e Passivo não Circulante, em função do diferimento de tributos e operação de crédito por meio do FCO – Banco do Brasil, efetuados pela Controlada Celg GT. Por sua vez, os componentes operacionais da Receita Bruta Consolidada provocaram, de forma direta, o efeito no resultado consolidado da CELGPAR, especificamente nos indicadores EBIT (resultado do serviço) e EBITDA, haja vista os decréscimos apurados e incorporados a estes indicadores.

4 – PADRÕES INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

Em relação às alterações vinculadas ao processo de convergência ao IFRS, assevera-se que as Demonstrações Financeiras Consolidadas da CELGPAR estão em conformidade com o padrão internacional de contabilidade estipulado pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.


 12

5 - MERCADO ACIONÁRIO

A Comissão de Valores Mobiliários - CVM, por intermédio do OFÍCIO/CVM/SEP/RIC/Nº. 012/2008, de 14.03.2008, concedeu à CELGPAR o registro como companhia aberta, sob o código 2139-3, para negociação de valores mobiliários de sua emissão no mercado acionário.

Esses valores mobiliários, representados por ações ordinárias, são negociados na B³ S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B³"), sob o código GPAR3.

O capital social realizado da CELGPAR é de R\$ 973.764.337,53 (novecentos e setenta e três milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, trezentos e trinta e sete reais e cinquenta e três centavos), representado por 32.774.246 (trinta e dois milhões, setecentas e setenta e quatro mil, duzentas e quarenta e seis) ações ordinárias.

As ações ordinárias, componentes do capital social da CELGPAR, são escriturais, sem valor nominal, e encontram-se distribuídas conforme tabela denominada "Resumo da Posição Acionária, em 31.12.2018":

RESUMO DA POSIÇÃO ACIONÁRIA, EM 31.12.2018

ACIONISTA	AÇÃO ORDINÁRIA	
	QUANTIDADE	%
GOIÁS - GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS	32.696.436	99,7626
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.	22.967	0,0701
OUTROS	54.843	0,1673
SOMA	32.774.246	100,0000

FONTE: Banco do Brasil S.A., responsável pela prestação de serviços de ações escriturais.

Em 2018, foram realizadas um total de 10 negociações de ações ordinárias da CELGPAR na B³, perfazendo uma movimentação de R\$11.939,00 (onze mil, novecentos e trinta e nove reais).

6 - AUDITORIA INDEPENDENTE

Em conformidade com a Instrução CVM nº. 381, de 14.01.2003, a CELGPAR informa que a empresa de auditoria externa Berkan Auditores Independentes S/S não prestou serviços não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras.

7 - AGRADECIMENTOS

A Administração da CELGPAR e da sua Controlada CELG GT é grata ao Governo de Goiás, nosso acionista majoritário, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, às comunidades servidas pelas Companhias, aos acionistas e demais investidores, e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

Goiânia, 27 de março de 2019.

A Administração.



**Demonstrações financeiras consolidadas em
31 de dezembro de 2018**

h

AP *AP*
14 *AP*

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Balancos Patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	NE	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
		REAPRESENTADO		REAPRESENTADO	
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes a Caixa	5	633	607	101.540	12.474
Contas a receber	6	-	-	26.275	24.317
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	-	-	(875)	(335)
Créditos Fiscais	7	2.440	-	2.995	196
Devedores diversos	8	10.488	9.708	14.879	15.166
Outros créditos	9	3	-	3.192	-
Estoques	10	-	-	4.110	2.811
Ativo de Contrato	11	-	-	191.164	160.931
Transações com Partes Relacionadas	33	15.631	22.818	-	-
Despesas antecipadas	-	6	6	1.168	524
Total do ativo circulante		29.201	33.139	344.448	216.084
NÃO CIRCULANTE					
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					
Devedores diversos	8	111.051	121.649	124.572	127.477
Outros Créditos	9	-	-	1.252	1.182
Ativo de Contrato	11	-	-	681.237	669.984
Transações com Partes Relacionadas	33	1.437	3.211	-	-
Total do realizável a longo prazo		112.488	124.860	807.061	798.643
INVESTIMENTOS					
IMOBILIZADO	12	930.622	853.197	168.280	157.639
INTANGÍVEL	13	36	42	8.818	10.686
	14	-	-	7.204	7.107
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.043.146	978.099	991.363	974.075
TOTAL DO ATIVO		1.072.347	1.011.238	1.335.811	1.190.159

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Balancos Patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	NE	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2018	31/12/2017 REAPRESENTADO	31/12/2018	31/12/2017 REAPRESENTADO
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	16	-	-	3.429	2.915
Fornecedores	17	21	28	3.592	7.012
Tributos e Contribuições Sociais	18	127	1.787	31.120	8.461
Obrigações Estimadas	19	307	219	3.921	3.413
Encargos Setoriais	20	-	-	3.152	2.512
Obrigações Sociais e Trabalhistas	22	-	-	1.568	1.504
Outros Credores	22	31	28	3.695	396
Total do Passivo Circulante		486	2.062	50.477	26.213
NÃO CIRCULANTE					
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	15	1.252.877	1.252.877	1.252.877	1.252.877
Empréstimos e Financiamentos	16	-	-	70.054	2.125
Encargos Setoriais	20	-	-	3.638	2.851
Provisões para Contingências	21.a	20	20	10.172	7.857
Provisões com Benefícios Pós-Emprego	21.b	128	273	732	1.055
Outros Credores	22	-	-	129.025	141.175
Transações com Partes Relacionadas	33	1.533.588	1.533.588	1.533.588	1.533.588
Total do Passivo não Circulante		2.786.613	2.786.758	3.000.086	2.941.528
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital realizado	23	973.764	973.764	973.764	973.764
Prejuízos acumulados	23	(2.676.717)	(2.739.223)	(2.676.717)	(2.739.223)
Outros Resultados Abrangentes	23	(11.799)	(12.123)	(11.799)	(12.123)
Total do Patrimônio Líquido		(1.714.752)	(1.777.582)	(1.714.752)	(1.777.582)
TOTAL DO PASSIVO		1.072.347	1.011.238	1.335.811	1.190.159

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Demonstração dos resultados
Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	NE	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		01/01/2018 - 31/12/2018	01/01/2017 - 31/12/2017	01/01/2018 - 31/12/2018	01/01/2017 - 31/12/2017
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	24	-	-	202.577	249.321
CUSTO OPERACIONAL	25	-	-	(97.735)	(122.615)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		-	-	104.842	126.706
DESPESAS OPERACIONAIS	26	(6.061)	(4.290)	(44.383)	(35.975)
LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL		(6.061)	(4.290)	60.459	90.731
OUTRAS RECEITAS	24	4.135	60	5.041	913
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS/DESPESAS FINANCEIRAS, EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL E IMPOSTOS		(1.926)	(4.230)	65.500	91.644
RESULTADO FINANCEIRO	28	8.198	59.533	8.636	60.890
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL/GANHOS EM PARTICIPAÇÕES SOCIETARIAS		58.544	88.209	13.833	22.514
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		64.816	143.512	87.969	175.048
PROVISÃO PARA A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA	30	(2.310)	(18.744)	(25.463)	(50.280)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		(2.310)	(18.744)	(39.699)	(27.993)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		-	-	14.236	(22.287)
RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		62.506	124.768	62.506	124.768
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		62.506	124.768	62.506	124.768
RESULTADO POR AÇÃO	31				
Resultado por ação ordinária - básico		1.907	3.807	1.907	3.807
Resultado por ação ordinária - diluído		1.907	3.807	1.907	3.807
OPERAÇÕES CONTINUADAS					
Resultado por ação ordinária - básico		1.907	3.807	1.907	3.807
Resultado por ação ordinária - diluído		1.907	3.807	1.907	3.807

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below, with the number 17 written in the middle.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Demonstração dos resultados abrangentes
Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2018 - 31/12/2018	01/01/2017 - 31/12/2017	01/01/2018 - 31/12/2018	01/01/2017 - 31/12/2017
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	62.506	124.768	62.506	124.768
Resultados Abrangentes	324	(402)	324	(402)
Outros Resultados Abrangentes				
Ganhos e Perdas Atuariais - Benefício Pós-Emprego	146	310	146	310
Ganhos e Perdas Atuariais Reflexos - Benefício Pós-Emprego Controlada Celg GI	178	(712)	178	(712)
Resultado Abrangente do Exercício	62.830	124.366	62.830	124.366

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) - Individual
Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	CAPITAL REALIZADO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldos em 31 de dezembro de 2016	973.764	(2.862.669)	(11.721)	(1.900.626)
Lucro Líquido do Exercício	-	124.768	-	124.768
Ganhos e Perdas Atuariais - Benefício Pós Emprego	-	-	310	310
Ganhos e Perdas Atuariais Reflexos - Benefício Pós Emprego Controlada Celg GT	-	-	(712)	(712)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	973.764	(2.737.901)	(12.123)	(1.776.260)
Ajustes de Exercícios Anteriores Reflexos - Controlada Celg GT	-	(1.322)	-	(1.322)
Saldos em 31 de dezembro de 2017 (REAPRESENTADO)	973.764	(2.739.223)	(12.123)	(1.777.582)
Lucro Líquido do Exercício	-	62.506	-	62.506
Ganhos e Perdas Atuariais - Benefício Pós Emprego	-	-	146	146
Ganhos e Perdas Atuariais Reflexos - Benefício Pós-Emprego Controlada Celg GT	-	-	178	178
Saldos em 31 de dezembro de 2018	973.764	(2.676.717)	(11.799)	(1.714.752)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) - Consolidado
Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	CAPITAL REALIZADO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldos em 31 de dezembro de 2016	973.764	(2.862.669)	(11.721)	(1.900.626)
Lucro Líquido do Exercício	-	124.768	-	124.768
Ganhos e Perdas Atuariais - Benefício Pós Emprego	-	-	310	310
Ganhos e Perdas Atuariais Reflexos - Benefício Pós Emprego Controlada Celg GT	-	-	(712)	(712)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	973.764	(2.737.901)	(12.123)	(1.776.260)
Ajustes de Exercícios Anteriores Reflexos - Controlada Celg GT	-	(1.322)	-	(1.322)
Saldos em 31 de dezembro de 2017 (REAPRESENTADO)	973.764	(2.739.223)	(12.123)	(1.777.582)
Lucro Líquido do Exercício	-	62.506	-	62.506
Ganhos e Perdas Atuariais - Benefício Pós Emprego	-	-	146	146
Ganhos e Perdas Atuariais Reflexos - Benefício Pós-Emprego Controlada Celg GT	-	-	178	178
Saldos em 31 de dezembro de 2018	973.764	(2.676.717)	(11.799)	(1.714.752)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Demonstração dos fluxos de caixa – Método direto
Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
<u>Recebimentos:</u>				
Recebimentos de Clientes	-	-	191.233	92.361
<u>Pagamentos:</u>				
- Fornecedoros	(818)	(864)	(15.690)	(13.110)
- Salários e Encargos	(3.715)	(3.265)	(45.098)	(40.129)
- Outras Desp Operacionais e Administrativas	(38)	(297)	(1.786)	(2.518)
- Tributos	(4.421)	(299.373)	(51.186)	(323.235)
Resultado Financeiro	10	39.416	537	42.277
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL LÍQUIDO	(8.980)	(264.183)	78.010	(244.354)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
- Caixa Usado no Imobilizado, Investimentos, Ativo Financeiro e Intangível	-	-	(85.426)	(113.343)
- Devolução de Recursos Estado de Goiás	-	(793.736)	-	(793.736)
- Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital em Controlada	(11.600)	(52.000)	-	-
- Recebimento de Dividendos	-	-	9.601	5.741
- Recebimento de Alienação de Participação Societária	-	1.104.303	-	1.104.303
- Outros	-	60	(98)	12.512
FLUXO DE CAIXA - INVESTIMENTOS LÍQUIDOS	(11.600)	258.627	(75.923)	215.477
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
- Outros Resultados Líquidos	-	263	-	263
- Recebimento de Mútuo com Controlada	2.468	2.631	-	-
- Empréstimos Obtidos	-	-	71.186	-
- Pagamentos de Serviço da Dívida	-	-	(2.345)	(2.745)
- Recebimento de Mútuo - Anterior Coligada	18.138	3.023	18.138	3.023
FLUXO DE CAIXA - FINANCIAMENTOS LÍQUIDOS	20.606	5.917	86.979	541
CAIXA LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	26	361	89.066	(28.336)
Saldo inicial de Caixa e Equivalentes	607	246	12.474	40.810
Saldo final de Caixa e Equivalentes	633	607	101.540	12.474
	26	361	89.066	(28.336)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Demonstração dos valores adicionados
Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

REF.	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1			
Receta Operacional	-	-	85.423	83.188
Receta de Construção de Ativos Próprios	-	-	70.802	99.272
Provisões/Reversões - Créditos Liquidação Duvidosa	-	-	(540)	(100)
Outros Resultados	4.135	60	84.980	111.586
	<u>4.135</u>	<u>60</u>	<u>240.665</u>	<u>273.944</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	2			
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	-	-	1.647	732
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	575	378	79.205	105.350
Outros Custos Operacionais	198	224	4.818	7.347
	<u>771</u>	<u>600</u>	<u>85.671</u>	<u>113.438</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)	3			
	<u>3.364</u>	<u>(540)</u>	<u>154.994</u>	<u>160.506</u>
QUOTAS DE REINTEGRAÇÃO	4			
Depreciação, amortização e exaustão	6	3	1.205	1.437
	<u>6</u>	<u>3</u>	<u>1.205</u>	<u>1.437</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO (3 - 4)	5			
	<u>3.358</u>	<u>(543)</u>	<u>153.789</u>	<u>159.069</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	6			
Receitas Financeiras	8.836	67.128	11.597	70.522
Receitas de Aluguéis e Dividendos	-	-	236	208
Resultado da Equivalência Patrimonial	58.544	88.209	13.833	22.514
	<u>67.380</u>	<u>155.337</u>	<u>25.666</u>	<u>93.244</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)	7			
	<u>70.738</u>	<u>154.794</u>	<u>179.455</u>	<u>252.313</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
PESSOAL	8			
	<u>3.824</u>	<u>3.403</u>	<u>44.780</u>	<u>37.484</u>
GOVERNO	9			
	<u>3.770</u>	<u>19.028</u>	<u>69.272</u>	<u>80.673</u>
FINANCIADORES	10			
	<u>638</u>	<u>7.595</u>	<u>2.897</u>	<u>9.388</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	11			
	<u>62.506</u>	<u>124.768</u>	<u>62.506</u>	<u>124.788</u>
TOTAL (8 + 9 + 10 + 11 = 7)	12			
	<u>70.738</u>	<u>154.794</u>	<u>179.455</u>	<u>252.313</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1 Contexto operacional da CELGP

A Companhia Celg de Participações - CELGP detém participação societária na seguinte sociedade, na data-base de 31 de dezembro de 2018:

CONTROLADA	% DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA
CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. - CELG GT	100 %

2. Contexto operacional da Controladora CELG GT

A Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – CELG GT é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Celg de Participações – CELGP, constituída em 15 de dezembro de 2005, com início das suas operações a partir de 1º de setembro de 2006, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Companhia Energética de Goiás – CELG, determinado pelo Governo Federal conforme a Lei nº. 10.848, de 15 de março de 2004.

A Controlada CELG GT detém junto à ANEEL as seguintes concessões:

Geração	Localidade	Estado	Contrato	Data da concessão	Vencimento	Capacidade instalada (MW)	Capacidade utilizada (MW)
Hidrelétricas:							
São Domingos	Rio São Domingos	GO	62/2000	22/05/1981	24/05/2011	12,000	12,000
Mambai	Rio Corrente	GO	62/2000	17/01/1973	07/07/2015	0,350	0,350
Mosquito	Rio Mosquito	GO	62/2000	25/08/2000	07/07/2015	0,360	0,360
Rochedo	Rio Meia Ponte	GO	02/2016	05/01/2016	05/01/2046	4,000	4,000
						16,710	16,710

São Domingos: Apesar da concessão estar vencida, a CELG GT continua operando a usina por autorização, conforme Portaria nº 352, de 10 de outubro de 2013, do Ministério de Minas e Energia - MME. Em 14 de março de 2008 foi solicitada a renovação da concessão pela administração da CELG GT, estando esta renovação em discussão administrativa junto ao MME, bem como na esfera judicial. O MME, por intermédio da Portaria nº 218, de 15 de maio de 2015, também determinou a promoção do leilão dessa concessão, sendo que a CELG GT conseguiu, por via judicial, retirá-la do certame. O Anexo I da Portaria nº 218 foi alterado pela Portaria nº 300, de 24 de junho de 2015, retirando a Usina de São Domingos da licitação. A Receita Anual de Geração – RAG está determinada até 30.06.2019, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.421/2018.

Mambai: A CGH Mambai foi extinta em função do seu alagamento para construção da PCH Mambai II. Em função disso, é disponibilizado energia pelo período integral de concessão obtido pela exploração da citada Pequena Central Hidrelétrica Mambai II e de suas eventuais prorrogações, no montante mensal de 203,792 MWh, como contraprestação ao bloco de energia que a CGH Mambai I deixou de produzir mensalmente a partir de sua efetiva paralisação. A forma

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de pagamento se dá através da entrega dos montantes descritos acima na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Mosquito: A CGH Mosquito está paralisada e o sítio encontra-se em estudo, para implantação do aproveitamento ótimo, em fase de licenciamento ambiental. As Centrais de Geração Hidrelétrica estão dispensadas de concessão, permissão ou autorização, devendo apenas ser comunicado ao órgão regulador o seu funcionamento para fins de registro.

Rochedo: A concessão da Usina Rochedo venceu em 07/07/2015. Contudo, a CELG GT continuou operando a usina por autorização, conforme Portaria nº 254, de 11 de junho de 2015, do Ministério de Minas e Energia - MME, até a data de 04/01/2016. A partir de 05/01/2016 começou a vigorar o Contrato de concessão nº 02/2016, com vencimento em 05/01/2046, para prestação de serviço de geração de energia elétrica em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência, nos termos do art. 8º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

Transmissão	Localidade	Contrato de concessão	Data da concessão	Vencimento	Capacidade Instalada (MVA/MVAr) Subestações	Extensão (km) Linhas de transmissão
Subestações e linhas:						
Rede básica ¹	Goiás	63/2001	07/07/1995	05/12/2042	2.154	725
Rede básica ²	Goiás / Minas Gerais	03/2015	06/03/2015	06/03/2045	-	11
Rede básica ³	Goiás	04/2016	20/01/2016	20/01/2046	300	-
					2.454	736

¹ Concessão composta por 12 subestações de transmissão de 230 kV e 14 linhas de transmissão na tensão de 230 kV.

² Concessão composta pela LT 230 kV Itumbiara - Paranaíba - C2. Em fase pré-operacional.

³ Concessão composta pela SE 500 kV Luziânia - Compensador Estático 500 kV - (-150/+300) Mvar. Em fase pré-operacional.

Em atendimento ao item 6 da ITG 17, evidencia-se abaixo a apresentação das informações previstas no subitem c, do item 6 da ITG 17:




 24

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CONTRATO	ATIVIDADE	DIREITOS DE USO	OPÇÃO DE RENOVAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL/SOCIETÁRIA
62/2000	Geração	Previstos a exploração até o final da concessão.	1) Não exercido, nesse contrato, para as Usinas de Rochedo, Mosquito e Mambai. A Usina de Rochedo passou por novo processo licitatório de sua concessão, onde a Celg GT assinou um novo contrato para esta (Contrato 02/2016); 2) Exercido para a Usina de São Domingos. Em discussão administrativa e judicial.	Classificado como Ativo Imobilizado, cuja remuneração é estipulada pelas respectivas Receitas Anuais de Geração – RAG desta atividade.
02/2016 (a)	Geração	Previstos a exploração até o final da concessão.	Previsto em Contrato.	Classificado como Ativo de Contrato, referente a parcela de investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão.
63/2001	Transmissão	Previstos a exploração até o final da concessão.	Exercido conforme assinatura do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.	Classificado como Ativo de Contrato, referente a parcela de investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão.
03/2015	Transmissão	Previstos a exploração até o final da concessão.	Previsto em Contrato.	Classificado como Ativo de Contrato, referente a parcela de investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão.
04/2016	Transmissão	Previstos a exploração até o final da concessão.	Previsto em Contrato.	Classificado como Ativo de Contrato, referente a parcela de investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão.

(a) A Controlada Celg GT efetuou a reclassificação deste contrato de concessão do Ativo Imobilizado para o Ativo de Contrato no 2º trimestre de 2016, visto o mesmo encontrar-se há época dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), e atualmente dentro dos critérios do CPC 47/IFRS 15 (Receita de Contrato com Cliente).

3. Bases de elaboração e apresentação

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações financeiras individuais, identificadas como "Controladora" e as demonstrações financeiras consolidadas, identificadas como "Consolidado", foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), que estão em conformidade com as normas IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para divulgação pelos Conselhos de Administração e Conselho Fiscal em 28 de março de 2019.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis da controladora e de cada uma de suas controladas, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são apresentadas em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional").

3.2. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas pela Controladora e sua Controlada são as seguintes:

a. Procedimentos de Consolidação

A consolidação das Demonstrações Financeiras da Companhia Celg de Participações - CELGP e sua controlada Celg GT foi efetuada de acordo com os princípios de consolidação previstos na Lei nº. 6.404/76 e Instrução CVM 247/96 com as alterações introduzidas pelas Instruções CVM 269/97, 285/98, 464/08 e 469/08, bem como dos dispositivos determinados pela NBC TG 36 – R3 (Demonstrações Consolidadas).

As Demonstrações Financeiras consolidadas foram elaboradas a partir das Demonstrações Financeiras individuais da Celg GT, as quais foram ajustadas conforme a seguir descrito. Na elaboração das Demonstrações Financeiras consolidadas, foram observadas práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e demais legislações pertinentes, inclusive a fiscal. O sumário dessas principais práticas contábeis, aplicáveis de forma uniforme à empresa incluída no processo de consolidação, está apresentado a seguir:

- a.1. Os valores a receber junto a empresa controlada e sócios estão devidamente suportados por contratos. Nas Demonstrações Financeiras consolidadas, os saldos com a empresa inserida no processo de consolidação foram eliminados.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- a.2. Os investimentos na controlada são demonstrados ao custo e ajustados pelo método de equivalência patrimonial. Nas Demonstrações Financeiras consolidadas os saldos dos investimentos na controlada Celg GT foram eliminados contra o respectivo patrimônio líquido dessa controlada.
- a.3. As Demonstrações Financeiras consolidadas incluem as Demonstrações Financeiras individuais da controlada Celg GT. As informações individuais da controlada Celg GT foram incorporadas ao processo de consolidação da Celgpar na data base de 31 de dezembro de 2018, sendo que esta controlada obedeceu a posição adotada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, no que concerne à não adoção da consolidação proporcional do Investimento Controlado em Conjunto na Energética Corumbá III - ECIII, na Pantanal Transmissão S.A. e na Lago Azul Transmissão S.A., nos moldes da NBC TG 19 – R2 (Negócios em Conjunto).

b. Caixa e equivalentes de Caixa

A Controladora e sua Controlada consideram como disponibilidades o saldo de caixa, depósitos em bancos e aplicações de curto prazo. As aplicações financeiras das mesmas estão demonstradas ao custo acrescido da remuneração contratada, reconhecida até a data das Demonstrações Financeiras.

c. Contas a Receber

Esses saldos incluem os valores faturados aos consumidores finais e concessionários revendedores, a receita referente à energia consumida e não faturada, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, registrados de acordo com o regime de competência até o encerramento do exercício.

As contas a receber também incluem os valores faturados aos consumidores e concessionários do Serviço Público de Energia Elétrica e usuários da Rede Básica pertencente ao Sistema Interligado Nacional - SIN, conforme contratos realizados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR e ainda, operações realizadas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, registrados de acordo com o regime de competência até o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

O ativo indenizável registrado ao término da construção refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão de Transmissão e ao qual a Controlada Celg GT terá direito de receber caixa ou outro ativo de contrato ao término da vigência do contrato de concessão. Conforme definido nos contratos, a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observando os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. A Controlada Celg GT estimou o valor de indenização de seus ativos com base nos seus respectivos valores de livros, sendo este o montante que a Administração entende ser o mínimo garantido pela regulamentação em vigor. Considerando que a Administração monitora de maneira constante a regulamentação do setor, em caso de mudanças nesta regulamentação que por ventura alterem a estimativa sobre o valor de indenização dos ativos, os efeitos contábeis destas mudanças serão tratados de maneira prospectiva nas Demonstrações Financeiras. No entanto, a Administração

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

reitera seu compromisso em continuar a defender os interesses dos acionistas da Companhia na realização destes ativos, visando a maximização do retorno sobre o capital investido na concessão, dentro dos limites legais

d. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para a cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber da Controlada. Os critérios de constituição da provisão estão descritos na nota 6.b e 6.c.

e. Estoques

Os materiais em estoque no almoxarifado, classificados no ativo circulante, e os destinados à construção, alocados no imobilizado, estão registrados ao custo médio de aquisição, que não ultrapassa seu valor de mercado.

f. Investimentos

As participações societárias permanentes são registradas ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e registradas/avaliadas pela equivalência patrimonial em conformidade com a Instrução CVM nº. 247/1996 e NBC TG 18 – R2 (Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto).

Conforme disposto na NBC TG 43 – R1 (Adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41), as Demonstrações Financeiras individuais de entidades com investimento em controlada ou empreendimento em conjunto avaliado pela equivalência patrimonial estão de acordo com o exigido pela legislação brasileira vigente, sendo o método da equivalência patrimonial o critério adotado pela Controladora.

Por tudo isto, a controladora apresentará suas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, por se tratar de exceção de caráter obrigatório/legal descrita na NBC TG 43 – R1 (Adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41), não sendo feita a apresentação das Demonstrações Financeiras separadas.

g. Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de concessão de serviço público são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. No entanto, os bens vinculados aos contratos de uso de bem público sob o regime de produtor independente de energia elétrica são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitados ao prazo da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil.

A depreciação é calculada sobre os bens do ativo imobilizado em serviço, pelo método linear, tomando por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC,

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

como determina a Resolução Normativa ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, às taxas constantes na tabela anexa à mesma Resolução, as quais refletem a vida útil estimada dos bens.

h. Intangível

Compreendem os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com tal finalidade. Os ativos intangíveis serão amortizados caso sua vida útil possa ser razoavelmente estimada, caso contrário serão considerados de vida útil indefinida sendo sujeitos ao teste de recuperabilidade econômica.

A amortização é calculada sobre os bens do ativo intangível em serviço, pelo método linear, tomando por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, como determina a Resolução Normativa ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, às taxas constantes na tabela anexa à mesma Resolução, as quais refletem a vida útil estimada dos bens.

i. Imposto de Renda e Contribuição Social

São calculados com base nas alíquotas efetivas, vigentes na data de elaboração das Demonstrações Financeiras, de imposto de renda e contribuição social.

j. Provisão para Contingências

As provisões para contingências são reconhecidas para obrigações presentes legais resultantes de eventos passados, para os quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação na data das Demonstrações Financeiras, considerando-se os riscos e as incertezas relativas à obrigação.

Os riscos contingentes, em função da sua natureza, são solucionados apenas quando da ocorrência ou da falta de ocorrência de eventos futuros. A avaliação desses riscos envolve considerações e estimativas significativas relativas ao resultado de eventos futuros, substanciadas em informações disponibilizadas pelos assessores legais da Celgpar e Controlada. Neste sentido e por conta das orientações da NBC TG 25 – R1 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes), as empresas registraram provisões para riscos regulatórios, fiscais, trabalhistas e cíveis.

k. Provisão para Férias

A provisão para férias é calculada com base nos direitos adquiridos pelos empregados até 31 de dezembro de 2018 e inclui os correspondentes encargos sociais. Essas provisões estão contabilizadas no grupo de obrigações estimadas.

l. Benefícios a Empregados

A Companhia e sua Controlada são patrocinadoras da ELETRA - Fundação de Previdência Privada. Os custos associados ao plano previdenciário são reconhecidos à medida que as

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

contribuições são devidas, observando o regime de competência, observando-se os preceitos da NBC TG 33 – R2 (Benefícios a Empregados). Os custos relacionados à suplementação de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego são reconhecidos como obrigações e registrados com base em cálculos atuariais para determinação do valor presente das obrigações, conforme determina a Deliberação CVM nº. 695/2012.

m. Apuração de Resultado

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Celgpar e Controlada, mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), receitas de construção e ou outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pelas empresas.

n. Estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras requer que a administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos, assim como as divulgações de passivos contingentes. Apesar disso, possíveis imprecisões peculiares ao processo de sua determinação podem resultar em valores divergentes dos registrados nas Informações quando da liquidação das respectivas transações.

A Celgpar e sua controlada revisam suas estimativas e premissas anualmente ou quando eventos ou perspectivas diferentes exigem o procedimento.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;
- Provisão para contingências relativas às ações judiciais.

o. Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período é apresentada pela Celgpar, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Demonstrações Financeiras e seguindo as disposições contidas na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4. Normas e interpretações novas e revisadas e ainda não adotadas

A Companhia e controlada adotaram todos os pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações emitidas pelo CPC, quando aplicável, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017. Não foram emitidos novos pronunciamentos além daqueles divulgados nas demonstrações financeiras do exercício de 2017.

A Companhia e controlada adotarão, se aplicável, tais normas quando elas entrarem em vigor, divulgando e reconhecendo os impactos nas demonstrações financeiras que possam ocorrer quando da aplicação de tais adoções. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia e controlada estão mencionadas a seguir. A Companhia e controlada não planejam adotar estas normas de forma antecipada.

a) IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (CPC 48 – Instrumentos Financeiros), que substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge. A IFRS 9 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018. Com exceção da contabilidade de hedge, faz-se necessária a aplicação retrospectiva, contudo, o fornecimento de informações comparativas não é obrigatório. Para a contabilidade de hedge, os requisitos geralmente são aplicados de forma prospectiva, com algumas exceções limitadas. A Companhia adotou a nova norma na data efetiva requerida e não fará reapresentação de informações comparativas.

Em 2018, a Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada dos três aspectos da IFRS 9. Essa avaliação toma por base informações atualmente disponíveis e pode estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e passíveis de sustentação que estão sendo disponibilizadas à Companhia, quando a Companhia adotou a IFRS 9. Em geral, a Companhia não prevê nenhum impacto significativo.

A Companhia não espera um impacto significativo na aplicação dos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9. Tem a expectativa de continuar avaliando pelo valor justo todos os ativos financeiros atualmente mantidos ao valor justo. Quanto à redução ao valor recuperável, a IFRS 9 exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber de clientes, com base em 12 meses ou por toda a vida. A Companhia aplicará a abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida em Contas a Receber de clientes. A Companhia não trabalha com contabilidade de hedge, e, portanto não terá efeito nas Demonstrações Financeiras.

b) IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A IFRS 15 (CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A nova norma para receita substituiu todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS.

A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada é exigida para exercícios anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. Em 2017, a Companhia realizou uma avaliação preliminar da IFRS 15, que foi continuada com uma análise mais detalhada concluída em 2018, sendo que a Companhia adotou a nova norma na data de vigência requerida, pelo método retrospectivo modificado, isto é, sem a reapresentação das cifras comparativas do ano anterior e com os impactos acumulados da adoção inicial lançados integralmente contra prejuízos acumulados.

Para contratos com clientes em que geralmente se espera que a venda/transporte de energia elétrica seja a única obrigação de execução, a adoção da IFRS 15 não deverá ter impacto na receita e no resultado da Companhia. A Companhia espera que o reconhecimento de receita ocorra em um momento em que a entrega de energia é transferida para o cliente, geralmente por ocasião do registro do montante comercializado na CCEE ou pela disponibilização da rede básica. A venda de energia elétrica tem que ser lastreada por geração ou por contratos de compra de energia, não gerando, portanto, contraprestação variável (exemplos como direitos de devolução ou abatimentos de volume), obrigações de garantia ou programa de pontos de fidelidade (GoodPoints).

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e depósitos bancários a vista	3	3	608	419
Aplicações financeiras de curto prazo	630	604	100.932	12.055
TOTAL	633	607	101.540	12.474

Todas as aplicações têm a opção de resgate total ou parcial antecipado e rendimento flutuante, tendo como índice base o CDI, e liquidez a partir de 30 (trinta) dias.

6. Contas a Receber

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CONTAS A RECEBER	CONSOLIDADO	
	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE		
Concessionárias		
- Suprimento	950	703
- Encargos de uso da rede elétrica	20.439	21.308
- Energia Elétrica de Curto Prazo	4.405	2.306
Total	25.794	24.317
Outras Rendas		
- Outras Rendas	481	-
Total	481	-
TOTAL CIRCULANTE	26.275	24.317

Composição do Contas a Receber:

CONTAS A RECEBER	CONSOLIDADO					
	31/12/2018					
	VINCENDOS	VENCIDOS ATÉ 90 DIAS	VENCIDOS HÁ MAIS DE 90 DIAS	TOTAL 31/12/2018	PROV. P/CRED LIQ. DUVID. 31/12/2018	SALDO 31/12/2018
Concessionárias						
Suprimento	889	37	24	950	-	950
Encargos Uso Rede Elétrica	17.990	1.975	474	20.439	-	20.439
Energia Elétrica de Curto Prazo	175	1.285	2.945	4.405	-	4.405
Outras Rendas	27	26	428	481	-	481
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	(875)	(875)
TOTAL CONCESSIONÁRIOS	19.081	3.323	3.871	26.275	(875)	25.400
TOTAL DO CIRCULANTE	19.081	3.323	3.871	26.275	(875)	25.400

CONTAS A RECEBER	CONSOLIDADO					
	31/12/2017					
	VINCENDOS	VENCIDOS ATÉ 90 DIAS	VENCIDOS HÁ MAIS DE 90 DIAS	TOTAL 31/12/2017	PROV. P/CRED LIQ. DUVID. 31/12/2017	SALDO 31/12/2017
Concessionárias						
Suprimento	689	3	11	703	-	703
Encargos Uso Rede Elétrica	18.405	2.407	496	21.308	-	21.308
Rede Básica	-	-	-	-	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	580	1.309	417	2.306	-	2.306
Outras Rendas	-	-	-	-	-	-
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	(335)	(335)
TOTAL CONCESSIONÁRIOS	19.674	3.719	924	24.317	(335)	23.982
TOTAL DO CIRCULANTE	19.674	3.719	924	24.317	(335)	23.982

a. Os valores correspondentes às operações junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE foram registrados levando-se em consideração as informações divulgadas por essa instituição. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil por esse órgão, os valores são estimados pela Controlada.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Movimentação da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD, consolidada no exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO CIRCULANTE
Saldo em 31 de dezembro de 2017	335
Provisão no exercício	540
Saldo em 31 de dezembro de 2018	875

c. A Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa através de uma análise individual do saldo dos clientes, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCLD é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

7. Créditos Fiscais

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE
CREDITOS FISCAIS				
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte	2.440	-	2.831	6
Outras Antecipações	-	-	164	190
TOTAL	2.440	-	2.995	196

8. Devedores diversos

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	31/12/2018		31/12/2017		31/12/2018		31/12/2017	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Fornecedores	-	-	-	-	23	-	-	-
Empregados	-	-	-	-	9	-	64	-
Dividendos a Receber	-	-	-	-	3.457	-	4.272	-
Celg Distribuição S.A. - Celg D - Mútuo Celgpar (a)	10.488	111.051	9.708	121.849	10.488	111.051	9.708	121.849
Outros	-	-	-	-	902	13.521	1.122	5.828
TOTAL	10.488	111.051	9.708	121.849	14.878	124.572	15.166	127.477

(a) Contrato particular de mútuo financeiro efetuado entra a Celgpar e a Celg D (atual Enel), no exercício social de 2014, com carência de 3 anos e remunerado à 6,8% a.a.;

9. Outros créditos

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	31/12/2018		31/12/2017		31/12/2018		31/12/2017	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Bens Destinados a Alienação (a)	-	-	-	-	3.189	-	-	-
Depósitos Judiciais e Cauções	3	-	-	-	3	1.252	-	1.182
Outros Créditos	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	3	-	-	-	3.192	1.252	-	1.182

(a) Imóveis inservíveis à concessão da Celg Distribuição S.A. (atual Enel), repassados à Controlada CELG GT conforme Promessa de Compra e Venda firmada entre as partes.

10. Estoques

Os estoques são compostos de materiais destinados à manutenção e operação das instalações, bem como de materiais de consumo na administração.

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	31/12/2018	31/12/2017
Estoques	4.110	2.811
TOTAL	4.110	2.811

11. Ativo de Contrato

Os bens utilizados na execução dos serviços de construção, operação e manutenção da concessão de geração (Usina Rochedo) e transmissão de energia elétrica, na controlada Celg GT, estão registrados dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica 01 – ICPC 01 (R1), assim como do CPC 47 (Receita de Contrato com Cliente). Os saldos dos Ativos de Contrato estão abaixo apresentados:

CONTRATO	LOCALIDADE	CONSOLIDADO					
		31/12/2018		31/12/2017			
		CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Contrato de Concessão nº 05/2001	Transmissão	157.560	543.654	701.214	150.031	558.096	708.127
Portaria MME nº 352/2013	Usina São Domingos	2.508	15.663	22.471	1.721	15.581	21.312
Contrato de Concessão nº 03/2015	LT 230 KV Itumbiana - Paranába	2.312	10.584	21.806	2.105	14.313	15.419
Contrato de Concessão nº 02/2016	Usina Rochedo	4.642	12.330	15.972	4.459	12.035	15.487
Contrato de Concessão nº 04/2018	SE 500 KV Luzânia	23.842	65.806	109.648	2.514	65.575	68.089
		191.164	681.237	872.401	160.831	669.584	830.415

Abaixo a movimentação do Ativo de Contrato no Exercício:

CONTRATO	LOCALIDADE	CONSOLIDADO						
		31/12/2017	Receita Financeira da Concessão	Serviços de Construção ou Melhoria	Serviços de Operação e Manutenção	Recbimentos (RAPRAG) ou Indenização	Outras Adições e Saídas	31/12/2018
Contrato de Concessão nº 05/2001	Transmissão	708.127	67.389	29.713	65.365	(168.547)	(1.833)	701.214
Portaria MME nº 352/2013	Usina São Domingos	21.312	1.271	30	4.837	(4.837)	(2)	22.811
Contrato de Concessão nº 03/2015	LT 230 KV Itumbiana - Paranába	15.419	1.639	4.577	201	(328)	(12)	21.806
Contrato de Concessão nº 02/2016	Usina Rochedo	15.487	1.711	371	2.862	(4.507)	42	15.972
Contrato de Concessão nº 04/2018	SE 500 KV Luzânia	68.089	8.829	36.051	4.587	(8.405)	-	109.648
		830.415	80.845	70.802	79.872	(187.226)	(1.905)	872.401

No contexto da Controlada Celg GT observa-se que no dia 12 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 579/2012 ("MP 579") que regulamentou a prorrogação das concessões de

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, outorgadas antes da publicação da Lei nº 8.987, de 1995, e alcançadas pela Lei nº 9.074 de 1995. Em 14 de setembro de 2012, foi publicado o Decreto 7.805 que regulamentou a MP 579.

De acordo com a MP 579, as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia, vencidas ou vincendas nos 60 meses subsequentes à publicação da referida MP, tinham a opção de ter o vencimento antecipado para o mês de dezembro de 2012, com prorrogação, a critério do Poder Concedente uma única vez pelo prazo de até 30 anos, entretanto, para a atividade de transmissão, a prorrogação dependeria da aceitação expressa, dentre outras, das seguintes e principais condições: i) receita fixada conforme critérios estabelecidos pela ANEEL; ii) valores estabelecidos pela indenização dos ativos; e iii) submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela ANEEL.

Através das Resoluções Normativas 589 e 596, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, para fins de indenização, definiu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) para os ativos de transmissão existentes em 31 de maio de 2000 ainda não depreciados (RBSE) e os critérios e procedimentos para cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, de aproveitamentos hidrelétricos, cujas concessões foram prorrogadas ou não, nos termos da Lei nº 12.783, critérios estes aplicáveis, por sua vez à Controlada Celg GT.

De acordo com a Resolução Normativa 589, de 10 de dezembro de 2013, foi apresentado à ANEEL o laudo de avaliação dos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31 de maio de 2000 (“Laudo de Avaliação”), para fins do processo de indenização das instalações da denominada Rede Básica do Sistema Existente – RBSE (“RBSE”) prevista no Artigo 15, § 2º da Lei 12.783/2013. Em 31 de julho de 2015, a Controlada Celg GT protocolou na ANEEL o Laudo de Avaliação dos Ativos elaborado por empresa independente credenciada pela agência reguladora, relativo aos bens existentes em 31 de maio de 2000, cujo montante pleiteado para efeitos de reconhecimento totalizava R\$ 254.376. Em 07 de junho de 2016, através do Despacho nº 1.505, foi homologado pela ANEEL o montante de R\$ 227.104, relativo às instalações da RBSE.

O valor contábil, até então mantido pelo custo histórico, dos gastos relacionados aos investimentos, ampliações e/ou melhorias nos ativos da RBSE, referente à concessão prorrogada de transmissão perfaziam R\$ 138.498, na data base de 31.12.2012, devidamente escriturados na Controlada Celg GT.

Em 20 de abril de 2016, o Ministério das Minas e Energia - MME publicou a Portaria nº 120 que regulamentou as condições de recebimento das indenizações relativas aos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31 de maio de 2000, denominados RBSE e demais Instalações de Transmissão – RPC (“RPC”), não depreciados e não amortizados, conforme parágrafo segundo do artigo 15 da Lei 12.783/2013.

São abrangidos pela Portaria os ativos reversíveis que não estavam depreciados até 31 de dezembro de 2012, quando a Controlada Celg GT teve antecipado o vencimento do Contrato de Concessão nº 063/2001, nos termos da Lei nº 12.783/2013 (conversão da MP 579/12).

A remuneração desses ativos se dará pela seguinte forma:

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'U' and initials 'HSP'.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Pelo custo do capital correspondente aos ativos, composto por remuneração e depreciação acrescidos dos devidos tributos a partir do processo tarifário de 2017, sendo que a remuneração será dada através do Custo Médio Ponderado de Capital e a depreciação será paga em função da vida útil de cada ativo incorporado à Base de Remuneração Regulatória;

- O custo de capital não incorporado desde as prorrogações das concessões até o processo tarifário será atualizado e remunerado pelo custo de capital próprio. A partir do processo tarifário de 2017 o custo de capital será remunerado pelo Custo Médio Ponderado de Capital pelo prazo de oito anos;

- Para as empresas que ainda não tiveram os valores homologados foi considerado como melhor estimativa da Administração o laudo de fiscalização emitido pela ANEEL.

A referida Portaria cita que os valores devidos vão compor a base de remuneração regulatória da Controlada Celg GT, ou seja, serão repassados às tarifas de energia dos consumidores e que isso será iniciado a partir do processo tarifário de 2017. Além de remunerar os ativos, a Portaria também estabelece que o custo de capital incorrido pela Controlada Celg GT possa ser incluído nos referidos valores.

Em 31 de dezembro de 2018, a Controlada Celg GT efetuou sua estimativa dos valores atualizados até essa data, conforme Nota Técnica nº 336/2016-SGT/ANEEL, reconhecendo contabilmente o devido ajuste nos Ativos de Contratos de Transmissão.

12. Investimentos

INVESTIMENTOS	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
		REAPRESENTADO		REAPRESENTADO
Participação na Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT	916.983	801.195	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital na Controlada Celg GT	13.600	52.000	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	1.604	-
Participações Societárias Permanentes (c)	59	2	137	51
Energética Corumbá III S/A - ECIII (a)	-	-	63.562	63.157
Energética Fazenda Velha (b)	-	-	3.964	4.524
SPE Pantanal Transmissão S.A. (d)	-	-	24.429	23.603
SPE Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. (e)	-	-	37.250	37.704
SPE Lago Azul Transmissão S.A. (e)	-	-	30.973	27.941
Firminópolis Transmissão S.A. (f)	-	-	6.361	659
TOTAL	930.622	853.197	168.280	157.832

(a)A Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT controla de forma conjunta o Consórcio Empreendedor Corumbá III, que tem por objeto a implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Corumbá III na qualidade Produtores Independentes de Energia. A usina encontra-se em operação comercial desde 24 de outubro de 2009, com capacidade instalada de 93,6 MW. Abaixo a distribuição do quadro societário deste Consórcio:

Handwritten signatures and the number 37 are present in the bottom right corner of the page.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<u>Acionistas - Energética Corumbá III ECIII</u>	<u>Participação</u>
CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	37,5%
Strata Construtora e Concessionária Integradas S.A.	6,5%
Geração CIII S.A.	15,6%
Energy Power Ltda.	2,9%
CEB - Companhia Energética de Brasília	37,5%
	<u>100,0%</u>

(b) Valor referente à participação e aportes para futuro aumento de capital, efetuados pela Controlada Celg GT, na Energética Fazenda Velha, situada no município de Jataí – Estado de Goiás, que entrou em operação comercial em 11 de maio de 2016, destinada à comercialização de energia gerada, com potência instalada de 16,5 MW, e concessão de 35 anos. Abaixo a distribuição do quadro societário desse Empreendimento:

<u>Empreendimento</u>	<u>Acionistas</u>	<u>Participação</u>
Energética Fazenda Velha S.A.	CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	20,0%
	Construtora Vilela e Carvalho Ltda.	26,7%
	CCN - Construções e Comércio Ltda.	26,7%
	Luana - Administração & Participações Ltda.	26,6%
<u>TOTAL</u>		<u>100,0%</u>

(c) Trata-se de integralização de capital, efetuada pela Controladora e pela Controlada Celg GT, referente à participação na Cooperativa de Crédito dos Empregados da Celg (SICOOB JURISCREDCELG).

(d) SPE referentes ao Leilão ANEEL nº. 02/2013, correspondendo aos empreendimentos dos Lotes abaixo relacionados, tendo sido constituídas, em agosto de 2013, as seguintes Sociedades de Propósito Específico (SPE): Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. (Lote B - 10% de participação) e Pantanal Transmissão S.A. (Lote F - 49% de participação):

– LOTE B:

LT 500 kV Brasília Leste - Luziânia – DF/GO - C1 e C2, em construção;

SE Brasília Leste 500/138 kV - (6+1)X180MVA, em construção;

LT 230 kV Brasília Geral - Brasília Sul - C3 (subterrânea), em operação comercial desde o dia 24 de abril de 2017;

LT 345 kV Brasília Sul - Samambaia - C3, em operação comercial desde o dia 06 de maio de 2016.

– LOTE F: SE Campo Grande II 230/138 kV, 2x150 MVA – MS, em operação comercial desde o dia 08 de junho de 2016.

Abaixo a distribuição do quadro societário destes dois empreendimentos, com a participação da Controlada Celg GT:

<u>Empreendimento</u>	<u>Acionistas</u>	<u>Participação</u>
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.	CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	10,0%
	Fundo de Investimentos em Participações Caixa-Milão	51,0%
	Fumas Centrais Elétricas S.A.	39,0%
<u>Total</u>		<u>100,0%</u>

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<u>Empreendimento</u>	<u>Acionistas</u>	<u>Participação</u>
Pantanal Transmissão S.A.	CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	49,0%
	CEL Engenharia Ltda.	51,0%
Total		100,0%

(e)SPE referente ao Leilão ANEEL nº. 07/2013, correspondendo ao empreendimento do Lote abaixo relacionado, tendo sido constituído a Sociedade de Propósito Específico (SPE) Lago Azul Transmissão S.A., em operação comercial desde o dia 19 de setembro de 2016:

- LOTE D: LT 230 kV Barro Alto – Itapaci – GO, C2.

Abaixo a distribuição do quadro societário desse empreendimento, com a participação da Controlada Celg GT:

<u>Empreendimento</u>	<u>Acionistas</u>	<u>Participação</u>
Lago Azul Transmissão S.A.	CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	50,1%
	Furnas Centrais Elétricas S.A.	49,9%
Total		100,0%

(f) SPE Firminópolis Transmissão S.A.:

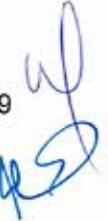
A Controlada Celg GT participou do Leilão ANEEL nº. 05/2015, tendo vencido o Lote L, para a construção de subestações e linhas de transmissão da Rede Básica, referente à LT 230 kV Trindade – Firminópolis. Para a implantação e exploração desse empreendimento foi constituída, em fevereiro de 2016, a SPE Firminópolis Transmissão S.A., em fase pré-operacional na data base de 31 de dezembro de 2018 (Ver Nota Explicativa nº. 35.e), sendo a participação da Controlada Celg GT de 49% (quarenta e nove) por cento do capital social, e o quadro societário dividido da seguinte forma:

<u>Empreendimento</u>	<u>Acionistas</u>	<u>Participação</u>
Firminópolis Transmissão S.A.	CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	49,0%
	CEL Engenharia Ltda.	51,0%
TOTAL		100,0%

12.1. Investimentos Diretos em Controlada

As principais informações sobre os investimentos em Controlada são apresentadas a seguir:




 39

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DESCRIÇÃO	INVESTIMENTO DA CELGP NA CONTROLADA CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. CELGT	
	31/12/2018	31/12/2017
	REAPRESENTADO	
Capital Social da Controlada	599.095	549.095
Quantidade de Ações	329.725	329.725
Percentual da Participação Societária	100%	100%
Patrimônio Líquido da Controlada	801.195	678.018
Investimento antes da Equivalência Patrimonial	801.195	678.018
Aumento de Capital na Controlada	70.950	57.952
Outros Resultados Abrangentes	178	(712)
Resultado da Equivalência Patrimonial na Controlada	58.544	88.209
Ajustes de Exercícios Anteriores (a)	-	(1.322)
Dividendos mínimos obrigatórios - Controlada	(13.904)	(20.950)
Valor Patrimonial do Investimento na Controlada	916.963	801.195

(a) Referem-se aos seguintes ajustes por conta da adoção inicial do CPC 47 / IFRS 15 (Receita de Contrato com Cliente), no âmbito das Controladas Indiretas em Conjunto Pantanal Transmissão S.A. e Firminópolis Transmissão S.A., e da Controlada Indireta Lago Azul Transmissão S.A.:

- a1. Pantanal Transmissão S.A.: efeito negativo de R\$10.458;
- a2. Firminópolis Transmissão S.A.: efeito positivo de R\$1.200;
- a3. Lago Azul Transmissão S.A.: efeito positivo de R\$7.936.

13. Imobilizado

Os bens do Ativo Imobilizado são registrados ao custo de aquisição ou construção e deduzidos da depreciação acumulada.

A depreciação é calculada sobre os bens do ativo imobilizado em serviço, sendo que as principais taxas de depreciação, por macroatividade, estão discriminadas na Resolução Normativa ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015. O valor recuperável desses ativos, estimado com base no valor em uso calculado pelos fluxos de caixa futuros, superou o seu valor contábil, portanto não houve perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA				
	31/12/2018				31/12/2017
	CUSTO	TAXAS ANUAIS MÉDIAS DEPREC.	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
Em serviço:					
Móveis e Utensílios	59	10,00%	(23)	36	42
TOTAL	59		(23)	36	42

40

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO				
	31/12/2018				31/12/2017
	CUSTO	TAXAS ANUAIS MÉDIAS DEPREC.	DEPRECIACÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
Em serviço:					
Reservatórios, Barragens e adutoras	3.184	2,85%	(1.987)	1.197	1.261
Terenos	1	0,00%	-	1	1
Edificações, Obras Cíveis e Beneficórias	527	3,69%	(527)	-	2.593
Máquinas e Equipamentos	6.058	4,59% e 6,54%	(2.826)	3.232	3.140
Veículos	1.042	6,43%	(505)	537	553
Móveis e Utensílios	327	10% e 6,43%	(107)	220	241
Subtotal	11.139		(5.952)	5.187	7.789
Em curso:					
Geração	3.334		-	3.334	2.825
Administração Central	297		-	297	72
Subtotal	3.631		-	3.631	2.897
TOTAL	14.770		(5.952)	8.818	10.686

Movimentação:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		
	Depreciação		
	Saldos em 31/12/2017		Saldos em 31/12/2018
Imobilizado em Serviço - Administração Central	42	(6)	36
Total em Serviço	42	(6)	36
Total do Imobilizado	42	(6)	36

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO					
	Saldos em 31/12/2017	Adições	Baixas	Unitização	Depreciação	Saldos em 31/12/2018
Imobilizado em Serviço - Geração	1.278	-	-	1	(67)	1.212
Imobilizado em Serviço - Administração Central	6.511	-	(2.552)	790	(774)	3.975
Total em Serviço	7.789	-	(2.552)	791	(841)	5.187
Imobilizado em Curso - Geração	2.825	622	(112)	(1)	-	3.334
Imobilizado em Curso - Administração Central	72	2.602	(1.587)	(790)	-	297
Total em Curso	2.897	3.224	(1.699)	(791)	-	3.631
Total do Imobilizado	10.686	3.224	(4.251)	-	(841)	8.818

a. Vinculação do Imobilizado - de acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem prévia e expressa autorização do órgão regulador. A

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Resolução Normativa ANEEL nº 691/2015 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para a aplicação na concessão.

b. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica – São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, Estados, Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo órgão regulador para concessões de geração e transmissão, cuja quitação ocorrerá no final da concessão.

c. Imobilizado em Curso – Referem-se, substancialmente, às obras de expansão em andamento do sistema de geração e transmissão.

14. Ativo intangível

O saldo consolidado em 31 de dezembro de 2018 diz respeito aos direitos de servidão de passagem e utilização do bem público, cuja vida útil é indefinida e softwares de vida útil definida, com prazos de amortização de 20% ao ano.

ATIVO INTANGÍVEL	CONSOLIDADO	
	31/12/2018	31/12/2017
Ativo Intangível em Serviço	7.204	7.107
TOTAL	7.204	7.107

Movimentação do Ativo Intangível no período:

DESCRIÇÃO	Saldos em 31/12/2017	CONSOLIDADO		Saldos em 31/12/2018
		Adições / Unitizações	Amortização	
Intangível	7.107	461	(364)	7.204
Total do Intangível	7.107	461	(364)	7.204

15. Adiantamentos para futuro aumento de capital

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	1.252.877	1.252.877	1.252.877	1.252.877
TOTAL	1.252.877	1.252.877	1.252.877	1.252.877

Refere-se aos seguintes Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital efetuados pelo acionista majoritário Estado de Goiás no ano de 2011: 1) R\$ 8.725, para atendimento às despesas administrativas e operacionais, e para o pagamento das obrigações com a controlada Celg GT, decorrentes do contrato de mútuo efetuado para suprir a operação da Celgpar; e 2) R\$ 100.000, objeto do Protocolo de Intenções assinado pelo Estado de Goiás e Eletrobrás, com vistas ao saneamento econômico-financeiro da CELG D (atual Enel). O saldo anterior de R\$ 3.275 também foi adiantado pelo acionista majoritário com vistas à manutenção da operação da Celgpar. No ano de 2012 foi adiantado pelo acionista majoritário o valor de R\$ 1.270.111, objeto da 2ª parcela do empréstimo captado pelo Governo do Estado de Goiás em decorrência do acordo com a Eletrobras e União. Esse valor foi posteriormente alocado pela Celgpar na Celg D (atual Enel), tendo sido promovido o aumento de capital nessa empresa em vinte e cinco de setembro de 2012, conforme deliberações da 220ª Assembleia Geral Extraordinária, mediante a emissão de 106.642.366 (cento e seis milhões, seiscentas e quarenta e duas mil, trezentas e sessenta e seis ações ordinárias). Além desse montante, no ano de 2012 foi adiantado o valor de R\$ 2.000 para atendimento às despesas administrativas e operacionais da Celgpar. De 31 de dezembro de 2013 até 31 de dezembro de 2018 foi efetuado Adiantamento para Futuro Aumento de Capital pelo Estado na Celgpar no montante de R\$ 38.305. Observou-se, por sua vez, que do montante adiantado pelo Estado na Celgpar, R\$ 169.539 foram repassados ao acionista majoritário no exercício social de 2017, objeto de quitação parcial de assunção de dívida efetuado por este a favor da Celgpar. Apesar disto, por meio do Ofício nº 646, de 1º de novembro de 2017, o Estado ratificou a decisão de promover a capitalização dos créditos remanescentes desta rubrica, por meio do cumprimento das formalidades legais/societárias de processo de chamamento para aumento de capital, a ser promovido pela Celgpar.

16. Empréstimos e financiamentos

São detalhados os valores devidos por instituição financeira, moeda contratada, bem como os indexadores dos empréstimos e financiamentos e a distribuição dos valores devidos no passivo não circulante.

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos estão a seguir demonstradas:

43

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO			
	31/12/2018		31/12/2017	
	PRINCIPAL		PRINCIPAL	
EM MOEDA NACIONAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Eletronbras (b)	-	-	1.553	-
Banco do Brasil S/A (c)	2.063	69.219	-	-
Eletra (a)	1.366	835	1.362	2.125
Total em Moeda Nacional	3.429	70.054	2.915	2.125

A descrição das características dos principais empréstimos e financiamentos é a seguinte:

- a. **ELETRA** - refere-se à parcela do saldo devedor junto à ELETRA dos empregados da Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT, sendo o saldo atualizado com base nas variações acumuladas do INPC e juros de 6% a.a.;
- b. Refere-se ao Contrato ECF-2805/2010 formalizado entre a Eletronbras e a Controlada Celg GT, no valor de até R\$ 15.551, para cobertura dos custos de ampliação da SE Palmeiras – GO. Esse saldo é atualizado a juros de 5% a.a. incidindo, ainda, taxas de administração de 2% a.a. e comissão de reserva de 1% a.a.;
- c. Recursos oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, captados pela Controlada Celg GT. Os recursos tem a finalidade de fazer face aos compromissos de investimentos, inerentes a reforços, determinados pelas Resoluções Autorizativas ANEEL - REA nº 4.891/2014 e 5.444/2015, bem como em decorrência da implantação de empreendimentos relativos aos Contratos de Concessões nº 003/2015 e 004/2016, todos da Controlada Celg GT. Sobre os valores lançados na conta vinculada à Cédula de Crédito Bancário, bem como o saldo devedor daí decorrente, incidirão juros que serão calculados pela Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais - TFC, nos termos da Resolução CMN nº 4.622, de 02/01/2018 e legislação posterior que venha alterá-la, ou outro indicador econômico-financeiro que legalmente venha substituí-la, debitados no dia primeiro ou dia útil subsequente, inclusive durante o período de carência. A TFC é formada pela composição da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e pelo seu componente prefixado, que nos termos da lei são a Taxa de Juros Prefixada da TLP relativa à remuneração da parcela dos recursos "i", nos termos do Artigo 2º da Lei nº 13.483, de 21/09/2017, da Resolução CMN nº 4.600, de 25/09/2017 e legislação posterior que venha alterá-la, o Coeficiente de Desequilíbrio Regional (CDR), o Fator de Programa (FP), o Fator de Localização (FL) e o Bônus de Adimplência (BA) de 15% (quinze por cento) quando houver. Sobre o componente prefixado da TFC, será concedido BA, desde que as prestações da dívida (principal e encargos financeiros) sejam pagas integralmente até a data do respectivo vencimento. Nas operações de financiamento com recursos do FCO, o componente prefixado da TFC, a ser aplicado com o BA vigente na data da contratação, será calculado por dias úteis, com base na equivalente diária (ano de 252 dias úteis) de 4,389 (quatro inteiros e trezentos e oitenta e nove milésimos) pontos percentuais ao ano; já nas operações de financiamento com recursos do FCO, o componente prefixado da TFC, a ser aplicado sem o BA vigente na data de contratação, será calculado por dias úteis, com base na equivalente diária (ano de 252 dias úteis) de 5,163 (cinco inteiros e cento e sessenta e três milésimos) pontos percentuais ao ano.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os juros referidos acima serão exigíveis integralmente a contar de 02/01/2019, no dia primeiro, trimestralmente durante o prazo de carência (12 meses), e, mensalmente durante o período de amortização (132 meses), juntamente com as prestações do principal, nas remições, proporcionalmente aos valores remidos, no vencimento e na liquidação da dívida.

A composição do saldo devedor em Moeda Nacional, por indexador é a seguinte:

CONSOLIDADO - 31/12/2018				CONSOLIDADO - 31/12/2017			
Banco do Brasil							
INDEXADOR	S/A	Eletra	Total	INDEXADOR	Eletrabras	Eletra	Total
SEM INDEXADOR	-	-	-	SEM INDEXADOR	1.553	-	1.553
TFC (CMN)	71.282	-	71.282	TFC (CMN)	-	-	-
INPC	-	2.201	2.201	INPC	-	3.487	3.487
Total	71.282	2.201	73.483	Total	1.553	3.487	5.040

Os valores de pagamentos futuros estão distribuídos da seguinte forma:

CONSOLIDADO - 31/12/2018				
Ano	Banco do Brasil S/A	Eletra	Total	
2019	2.063	1.366	3.429	
2020	6.389	835	7.224	
2021	6.390	-	6.390	
2022	6.389	-	6.389	
2023	6.390	-	6.390	
2024-2030	43.661	-	43.661	
Total	71.282	2.201	73.483	

17. Fornecedores

h
 45
 45

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE
Fornecedores de Energia Elétrica				
- Outros	-	-	120	237
- Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	54	53
- Imobilizações em Curso	-	-	2.196	5.909
TOTAL	-	-	2.370	6.199
Materials e Serviços	21	28	1.222	813
TOTAL	21	28	3.592	7.012

18. Tributos e contribuições sociais

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE
ICMS - DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA	-	-	5	-
INSS A PAGAR	69	57	764	726
INSS SOBRE FÉRIAS E 13º SALÁRIO	-	-	928	804
INSS - RETIDO DE TERCEIROS	-	-	152	291
PIS - CORRENTE	-	-	255	268
PIS - RETIDO NA FONTE	-	-	4	3
CÓFINS - CORRENTE	-	-	1.180	1.233
CÓFINS - RETIDO NA FONTE	2	1	20	15
IMPOSTO DE RENDA - CORRENTE	-	1.240	20.128	2.920
IMPOSTO DE RENDA - RETIDO NA FONTE	39	29	78	97
CONTRIBUICAO SOCIAL - CORRENTE	-	448	6.831	1.085
CONTRIBUICAO SOCIAL - RETIDO NA FONTE	-	-	26	44
ISS - RETIDO DE TERCEIROS	-	-	167	391
FGTS A PAGAR	17	12	328	306
FGTS SOBRE FÉRIAS E 13º SALÁRIO	-	-	254	223
OUTROS	-	-	-	55
TOTAL	127	1.787	31.120	8.461

19. Obrigações estimadas

A composição da conta obrigações estimadas é a seguinte:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
	2018	2017	2018	2017
Folha de Pagamento (a)	307	219	3.921	3.413
TOTAL CIRCULANTE	307	219	3.921	3.413

a) Referem-se às estimativas das obrigações de férias, 13º salário e encargos sobre a folha de pagamento dos empregados da Celgpar e Controlada Celg GT.

20. Encargos setoriais

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO			
	31/12/2018		31/12/2017	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Taxa de Fiscalização – ANEEL (a)	44	-	44	-
Compensação Financeira p/Utiliz.Rec.Hídricos	49	-	46	-
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	2.686	-	2.078	-
Pesquisa & Desenvolvimento - P&D (b)	147	3.638	148	2.851
Programa de Inc. Fontes Alternativas - PROINFA	226	-	196	-
TOTAL	3.152	3.638	2.512	2.851

(a) A Taxa de Fiscalização – Aneel foi instituída pela Lei nº. 9.247/1996 e regulamentada pelo Decreto nº. 2.240/1997. É uma receita destinada à Aneel e cobrada de todos os concessionários, permissionários ou autorizados, representada por 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do benefício econômico anual auferido;

(b) Pesquisa & Desenvolvimento e Programa de Eficiência Energética – PEE: de acordo com a lei, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 0,75% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e, no mínimo, 0,25% de sua receita operacional líquida em programas de eficiência energética.

21. Provisões para contingências e com benefícios pós-emprego

21.a – Provisões para contingências:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA								
	31/12/2018				31/12/2017				
	VALOR DA PROVISÃO				VALOR DA PROVISÃO				
	No Exercício	Provisão	Depósitos	No Exercício	Provisão	Depósitos			
Baixa	REF.	Provisão	Acumulada	Judiciais	Baixa	Provisão	Acumulada	Judiciais	
NAO CIRCULANTE									
Trabalhistas									
Diversos	-	B.1	-	20	3	-	-	20	-
Total Trabalhistas	-		-	20	3	-	-	20	-
TOTAL - NAO CIRCULANTE	-		-	20	3	-	-	20	-
DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO								
	31/12/2018				31/12/2017				
	VALOR DA PROVISÃO				VALOR DA PROVISÃO				
	No Exercício	Provisão	Depósitos	No Exercício	Provisão	Depósitos			
Baixa	REF.	Provisão	Acumulada	Judiciais	Baixa	Provisão	Acumulada	Judiciais	
NAO CIRCULANTE									
Trabalhistas / Regulatórias									
Diversos	-	B.1	2.315	10.172	1.255	-	-	7.857	1.182
Total Trabalhistas	-		2.315	10.172	1.255	-	-	7.857	1.182
TOTAL - NAO CIRCULANTE	-		2.315	10.172	1.255	-	-	7.857	1.182

- Os critérios e divulgação das Contingências Passivas consubstanciaram-se na NBC TG 25 – R1 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes).

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a. Contingências Passivas

As Contingências da Controladora dizem respeito a processos de natureza trabalhista, onde a mesma figura como segunda ou terceira reclamada sendo, em todos os processos, estimada a probabilidade de perda remota pelo corpo jurídico interno da Companhia.

A Controlada Celg Geração e Transmissão – CELG GT responde por processos judiciais de natureza trabalhista e fiscal, sendo efetuada a provisão suficiente para cobrir tais perdas no montante de R\$ 10.152.

b. Contingências Ativas

Inexistem contingências ativas classificadas com possibilidade de ganhos praticamente certos, inclusive no âmbito tributário.

c. Prescrição Fiscal

Os lançamentos dos principais tributos, pendentes de homologação futura pela Fazenda Nacional, sujeitam a extinção completa da obrigação fiscal ao transcurso do prazo de prescrição de cinco anos contados da data do lançamento.

21.b – Provisões com benefícios pós-emprego (Ver nota 34 – Plano de aposentadoria):

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Provisões com Benefícios Pós-Emprego	128	273	732	1.055
TOTAL	128	273	732	1.055

22. Outros credores, obrigações sociais e trabalhistas e tributos diferidos

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA				CONSOLIDADO	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018		31/12/2017	
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Folha de Pagamento - Incluindo PDV	-	-	304	51	91	-
Fundação Celg de Seguros e Previdência - Eletro	17	11	219	-	214	-
Empréstimos Consignados	-	3	488	-	488	-
Tributos Retidos na Fonte	-	-	878	-	816	-
Tributos Diferidos	-	-	-	126.925	-	141.175
Celg Distribuição S.A. - Celg D	-	-	-	2.048	-	-
Outros	14	14	3.374	-	291	-
TOTAL	31	28	5.263	129.025	1.900	141.175

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a- Segue abaixo a composição dos Tributos Diferidos na posição patrimonial consolidada.

Rubrica	CONSOLIDADO	
	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de renda diferido		
Diferenças temporárias passivas	17	51
Diferenças temporárias passivas - Receita financeira da concessão	24.118	19.905
Diferenças temporárias passivas - Laudo RBSE/RPC	72.779	86.638
Diferenças temporárias ativas	(3.617)	(2.826)
	<u>93.297</u>	<u>103.768</u>
Contribuição social diferida		
Diferenças temporárias passivas	6	18
Diferenças temporárias passivas - Receita financeira da concessão	8.682	7.166
Diferenças temporárias passivas - Laudo RBSE/RPC	26.201	31.190
Diferenças temporárias ativas	(1.266)	(986)
	<u>33.623</u>	<u>37.388</u>
PIS diferido ¹		
Diferenças temporárias passivas	<u>1</u>	<u>3</u>
	1	3
COFINS diferida ¹		
Diferenças temporárias passivas	<u>5</u>	<u>16</u>
	5	16
	<u>126.926</u>	<u>141.175</u>

- a. Tributos sobre provisão de energia elétrica de curto prazo a ser liquidada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, e, sobre ajuste ao valor justo de títulos públicos (receitas financeiras).

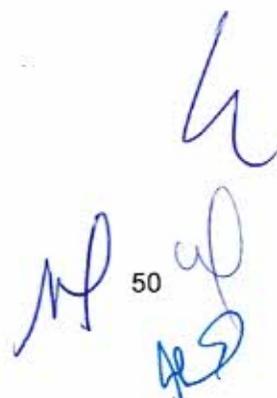
23. Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)

COMPOSIÇÃO EM:	CONTROLADORA (PASSIVO A DESCOBERTO)		
	31/12/2018	NO EXERCÍCIO	31/12/2017
Capital Realizado	973.764	-	973.764
Prejuízos Acumulados	(2.737.901)	-	(2.737.901)
Ajustes de Exercícios Anteriores Reflexos - Controlada Celg GT	(1.322)	-	(1.322)
(+/-) Resultado Acumulado no Exercício	62.506	62.506	-
Total do Patrimônio Líquido	(1.702.953)	62.506	(1.765.459)
Outros Resultados Abrangentes	(11.799)	324	(12.123)
Total do Patrimônio Líquido	<u>(1.714.752)</u>	<u>62.830</u>	<u>(1.777.582)</u>

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) As 32.774 ações ordinárias são escriturais e sem valor nominal;
- (b) O valor do Capital Social Realizado da Celgpar, à época de sua constituição, consta do boletim de subscrição anexo à escritura pública de constituição originária de sociedades por ações, sob a denominação da então Companhia Goiás de Participações – Goiaspar. A subscrição foi efetuada levando-se em conta a totalidade do investimento devido pelo Estado de Goiás no capital social da então Companhia Energética de Goiás/Celg D, atual Enel, cujos valores nominais se vinculam à aplicação do percentual de participação direta na Celg D, à época correspondente a 98,3262% sob o total do Patrimônio Líquido avaliado, que montava em R\$ 987.296, perfazendo o total do investimento inicial em R\$ 970.770.
- O valor patrimonial desse investimento serviu de suporte para a escrituração contábil do capital social inicial da Celgpar no valor de R\$ 970.770, correspondente ao total do Patrimônio Líquido na data de sua constituição, não evidenciando, portanto, a abertura das respectivas rubricas de reservas de reavaliação presentes no Patrimônio Líquido da Celg D. Desta forma, a realização das respectivas reservas de reavaliação da Celg D, ocorridas nos exercícios sociais seguintes e, especificamente no exercício social de 2010, onde ocorreu a sua realização parcial contra o ativo imobilizado reavaliado, provocando a diminuição do seu Patrimônio Líquido e reflexo direto no valor patrimonial do investimento, provocou o efeito direto contra prejuízos acumulados da Celgpar. Este efeito não provocou qualquer impacto nos resultados dos exercícios subsequentes à constituição da Companhia;
- (c) A Administração da Celgpar, com vistas ao saneamento parcial da situação de Passivo a Descoberto da Companhia, pretende capitalizar, nos próximos exercícios sociais, os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital efetuados pelo Estado de Goiás, que totalizaram em 31 de dezembro de 2018 o montante de R\$ 1.252.877 (Ver NE 14). As outras medidas cabíveis estarão vinculadas aos resultados futuros da Controlada Celg GT.
- (d) Os outros resultados abrangentes se referem ao seguinte: 1) Reflexo dos outros resultados abrangentes reconhecidos diretamente contra o Patrimônio Líquido da Celg D, concernente ao passivo atuarial vinculado ao Plano de Assistência de Saúde mantido pela mesma, no montante de R\$ 11.067; 2) Passivo atuarial vinculado ao Plano de Previdência patrocinado pela Celgpar, decorrente de avaliação atuarial efetuada por atuário externo, no montante de R\$ 128 (Ver Nota 34); e 3) Passivo atuarial vinculado ao Plano de Previdência patrocinado pela Controlada Celg GT, decorrente de avaliação atuarial efetuada por atuário externo, no montante de R\$ 604.

50



COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Receita de suprimento de curto prazo, receitas de construção, outras receitas e deduções da receita

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	31/12/2018	31/12/2017
Suprimento	4.068	4.021
Serviços de Operação e Manutenção (a)	80.442	57.497
Receita de Construção (b)	70.802	99.272
Receita Financeira de Contrato	80.845	73.786
Receita Laudo RBSE/RPC (c)	-	37.279
(-) Deduções da Receita (d)	(33.580)	(22.534)
TOTAL - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	202.577	249.321

(a) Remuneração destinada pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de contrato, assim como conexões nos ativos de transmissão da rede básica;

(b) Receita de construção conforme ICPC 01 (R1), correspondente a serviços de aquisição de equipamentos/serviços incorporados ao ativo de contrato. No encerramento das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 as receitas consolidadas totalizaram R\$ 70.802 e R\$ 99.272 respectivamente;

(c) Ver Nota Explicativa nº 11, referente ao reconhecimento de ajuste a valor justo dos Ativos de Contrato da Concessão de Transmissão;

(d) Deduções da Receita:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	31/12/2018	31/12/2017
PIS	3.183	1.778
COFINS	14.657	8.191
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	527	354
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos-CFURH	273	262
Pesquisa e desenvolvimento de eficiência energética	1.474	747
Conta de desenvolvimento energético	10.684	8.586
Outros encargos - PROINFA	2.782	2.616
TOTAL	33.580	22.534

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24.1 – Outras Receitas – Não Operacionais:

DESCRIÇÃO - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
CUSTOS DE TRANSAÇÃO NÃO INCORRIDOS - ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTO PERMANENTE	-	60	-	60
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE - RECUPERAÇÃO DE TRIBUTOS	4.135	-	4.135	-
OUTRAS RECEITAS	-	-	906	853
TOTAL - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	4.135	60	5.041	913

25. Custos, despesas operacionais e outras despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais de caráter geral e administrativo, especificados na Demonstração do Resultado do Exercício, possuem as seguintes composições por natureza de gastos.

COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS E DESPEAS OPERACIONAIS NATUREZA DE GASTOS	CONTROLADORA			
	DESPEAS		TOTAL	
	GERAIS E ADMINISTRATIVAS			
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Pessoal e Administradores	3.824	3.403	3.824	3.403
Material	-	3	-	3
Serviços de Terceiros	575	373	575	373
Depreciação/Amortização	6	3	6	3
Tributos	1.460	284	1.460	284
Outras	196	224	196	224
TOTAL	6.061	4.290	6.061	4.290

COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS E DESPEAS OPERACIONAIS NATUREZA DE GASTOS	CONSOLIDADO					
	CUSTO DO SERVIÇO		DESPEAS		TOTAL	
	OPERAÇÃO		GERAIS E ADMINISTRATIVAS			
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Energia Elétrica Comprada para Revenda	915	110	-	-	915	110
Encargos de Transmissão, Conexão e Distribuição	580	554	-	-	580	554
Pessoal e Administradores	17.834	16.087	30.371	24.777	48.205	40.864
Material	73	151	1.075	739	1.148	890
Serviços de Terceiros	6.710	5.549	4.904	4.045	11.614	9.594
Depreciação/Amortização	306	307	899	1.130	1.205	1.437
Provisão/Reversão p/ Crédito Liq. Duvidosa	540	100	-	-	540	100
Provisão/Reversão para Contingências	-	488	3.177	2.651	3.177	3.139
Tributos	12	13	2.707	1.007	2.719	1.020
Recuperação de Custos/Despesas	(733)	(298)	(203)	(14)	(936)	(312)
Custos de Construção	70.802	99.272	-	-	70.802	99.272
Outras	696	282	1.453	1.640	2.149	1.922
TOTAL	97.735	122.615	44.383	35.975	142.118	158.590

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Seguros

A Companhia e sua Controlada, em 31 de dezembro de 2018, finalizaram o processo de contratação das apólices de seguro dos bens e instalações vinculados aos Contratos de Concessão das Atividades de Geração e Transmissão.

27. Encargos financeiros e efeitos inflacionários

Não houve transferência de encargos financeiros e efeitos inflacionários para o ativo imobilizado em curso por não existir, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, capital de terceiros vinculado a obras em andamento.

28. Remuneração dos administradores e empregados

A remuneração de empregados e dirigentes da Celgpar e de sua Controlada observam os critérios estabelecidos no Plano de Cargos e Remuneração - PCR. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a maior e menor remuneração atribuída a empregados ocupantes de cargos permanentes, relativas ao mês de dezembro/2018, foram R\$ 40 e R\$ 4, respectivamente. Aos membros de diretoria e assessoria da Celgpar, a maior e menor remuneração corresponde a R\$ 40 e R\$ 4, não sendo cumulativa para os diretores da Controladora comuns à Controlada.

Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutário e Diretoria relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA				TOTAL
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA (1)	
Número de Membros	9	5	3	3	20
Remuneração Fixa até o final do Exercício	468	260	60	1.560	2.348
Salário ou pró-labore	468	260	60	1.560	2.348
Benefícios diretos e indiretos	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por participação em Comitês	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração Variável	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Bônus	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos Resultados	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por Participação em Reuniões	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor Total da Remuneração, por órgão	468	260	60	1.560	2.348

n/a = não aplicável

(1) Dois membros da Diretoria foram remunerados pela Controlada Celg GT e um pela Celgpar, em cumprimento ao princípio da não cumulatividade das remunerações, quando do exercício comum das gestões pelos mesmos administradores.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutário e Diretoria relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA			
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA (1)
Número de Membros	9	5	3	3
Valor da maior remuneração individual	4	4	4	40
Valor da menor remuneração individual	4	4	4	40
Valor médio da remuneração individual	4	4	4	40

n/a = não aplicável

(1) Dois membros da Diretoria foram remunerados pela Controlada Celg GT e um pela Celgpar, em cumprimento ao princípio da não cumulatividade das remunerações, quando do exercício comum das gestões pelos mesmos administradores.

29. Resultado financeiro

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2018 - 31/12/2018	01/01/2017 - 31/12/2017	01/01/2018 - 31/12/2018	01/01/2017 - 31/12/2017
Receitas				
Variações Monetárias	-	-	55	446
Rendas	8.780	67.128	11.261	69.823
Outras	56	-	88	1
Total das Receitas	8.836	67.128	11.404	70.270
Despesas				
Variações Monetárias	-	-	(214)	(242)
Encargos de Dívidas	(628)	(207)	(2.502)	(1.708)
Outras - inclui IOF aplicações financeiras	(10)	(7.388)	(52)	(7.430)
Total das Despesas	(638)	(7.595)	(2.768)	(9.380)
TOTAL GERAL - RESULTADO FINANCEIRO	8.198	59.533	8.636	60.890

30. Imposto de renda e contribuição social

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Rubrica	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de renda e contribuição social correntes				
Contribuição social corrente	616	4.968	10.516	7.395
Imposto de renda corrente	1.694	13.776	29.183	20.598
	<u>2.310</u>	<u>18.744</u>	<u>39.699</u>	<u>27.993</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos				
Contribuição social diferida	-	-	(3.765)	5.902
Imposto de renda diferido	-	-	(10.471)	16.385
	-	-	(14.236)	22.287
	<u>2.310</u>	<u>18.744</u>	<u>25.463</u>	<u>50.280</u>

As despesas de Imposto de Renda e de Contribuição Social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem o imposto corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos os valores líquidos desses efeitos fiscais.

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado consolidado está demonstrada abaixo:

Rubrica	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Resultado líquido antes dos impostos	64.816	143.512	87.969	175.048
Tributos sobre o lucro a alíquota nominal de 34%	22.037	48.794	49.814	89.507
Exclusões ao lucro contábil	(19.727)	(29.946)	(19.727)	(29.946)
Diferenças permanentes	-	-	(4.600)	(7.486)
Diferenças temporárias	-	-	14.236	(22.287)
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa	-	(104)	-	(1.771)
Diferencial de alíquota de imposto de renda	-	-	(24)	(24)
Imposto de renda e contribuição social correntes	<u>2.310</u>	<u>18.744</u>	<u>39.699</u>	<u>27.993</u>
Diferenças temporárias	-	-	(14.236)	22.287
Diferenças temporárias de exercícios anteriores	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(14.236)	22.287
Tributos sobre o lucro	<u>2.310</u>	<u>18.744</u>	<u>25.463</u>	<u>50.280</u>
Alíquota fiscal efetiva dos tributos sobre o lucro	<u>3,6%</u>	<u>13,1%</u>	<u>28,9%</u>	<u>28,7%</u>

31. Resultado por ação

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado atribuível aos acionistas controladores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias e preferenciais em circulação neste período, comparativamente com o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA	
	31/12/2018	31/12/2017
Lucro Líquido do Exercício Atribuível aos Acionistas:		
Ações Ordinárias	62.506	124.768
Total	62.506	124.768
Média Ponderada das Ações Ordinárias	32.774	32.774
Total	32.774	32.774
Lucro Básico e Diluído por Ação Ordinária	1,907	3,807

32. Instrumentos financeiros e riscos operacionais

Em atendimento à Deliberação CVM nº 763, de 22 de dezembro de 2016, que aprovou a NBC TG 48 (Instrumentos Financeiros); a Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou a NBC TG 39 – R4 (Instrumentos Financeiros: Apresentação); a Deliberação CVM 684, de 30 de agosto de 2012, que aprovou a NBC TG 40 – R2 (Instrumentos Financeiros: Evidenciação); e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia e sua Controlada efetuaram a avaliação de seus instrumentos financeiros, sendo eles: a) Numerário disponível (equivalente ao valor contábil); b) Contas a receber (sujeitas a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável; e c) Empréstimos e financiamentos (medidos a valor justo e contabilizados por valores contratuais).

a. Considerações sobre os riscos

Os negócios da Controlada Celg GT compreendem, principalmente, a geração e transmissão de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, cujas atividades e tarifas são reguladas pela ANEEL. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são os seguintes:

a.1 Risco de taxa de juros:

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Controlada vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. Os empréstimos e financiamentos, quando aplicáveis, e vinculados a projetos específicos de infraestrutura básica, obtidos em moeda estrangeira junto a instituições internacionais de desenvolvimento possuem taxas menores, compatíveis com tais operações, não disponíveis no mercado financeiro nacional.

a.2 Risco de crédito:

O risco de crédito surge da possibilidade de a Controlada vir a incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco está intimamente relacionado com fatores internos e externos e para reduzir esse tipo de risco a Companhia atua na gerência das contas a receber implementando políticas específicas de cobrança. Os créditos de liquidação

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na realização desses.

a.3 Risco quanto à escassez de energia:

Trata-se de risco de déficit de energia, decorrente de condições climáticas desfavoráveis quanto à ocorrência de chuvas, dado que a matriz energética brasileira está baseada em fontes hídricas. Anos de estiagem prolongada influenciam o volume de água em estoque nos reservatórios das usinas que, em níveis críticos, elevam o risco de desabastecimento de energia. Neste cenário, eventuais impactos no consumo de energia elétrica podem ocasionar perdas em razão da redução de receitas para a Controlada Celg GT. Verifica-se que as principais bacias hidrográficas do país, onde estão localizados os reservatórios das regiões Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste, tem enfrentado situações climáticas adversas nos últimos anos, levando os órgãos responsáveis pelo setor a adotarem medidas de otimização dos recursos hídricos para garantir o pleno atendimento ao sistema elétrico. Com base nestas perspectivas, e em relação ao risco de curto prazo, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE tem apontado equilíbrio entre a demanda e a oferta de energia, mantendo os índices dentro da margem de segurança. Por outro lado, esse risco é calculado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS que, segundo informações do plano mensal de operação divulgado no site www.ons.org.br, não prevê um programa de racionamento para os próximos dois anos.

33. Transações com partes relacionadas

As principais operações realizadas com a Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT, e o Acionista Controlador Estado de Goiás, podem ser resumidas como a seguir demonstrado:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativo Circulante				
Celg Geração e Transmissão S.A. - CELG GT (2)	1.726	1.868	-	-
Celg Geração e Transmissão S.A. - CELG GT (3)	13.905	20.950	-	-
TOTAL:	15.631	22.818	-	-
Ativo Não Circulante				
Celg Geração e Transmissão S.A. - CELG GT (2)	1.437	3.211	-	-
TOTAL DO ATIVO:	1.437	3.211	-	-
Passivo Não Circulante				
Estado de Goiás (1)	1.533.588	1.533.588	1.533.588	1.533.588
TOTAL DO PASSIVO:	1.533.588	1.533.588	1.533.588	1.533.588

(1) Refere-se ao Contrato de Assunção de Dívida efetuado pelo Estado de Goiás com a Caixa Econômica Federal, referente ao Contrato de Financiamento nº. 0412.113-76/2014;

(2) Contrato de Mútuo Financeiro firmado entre a Celgpar e a Celg GT, assinado em 28 de dezembro de 2016;

(3) Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pela Celg GT, em 31.12.2018 e 31.12.2017, respectivamente.

34. Plano de aposentadoria

A Celgpar é patrocinadora da ELETRA – Fundação de Previdência Privada, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal a complementação dos benefícios concedidos pela

u
AP 57 *ap*
AP

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

previdência oficial aos empregados da companhia. A seguir, apresentam-se as principais informações quanto aos benefícios aos associados e seus reflexos na patrocinadora:

a) Definição dos tipos de benefícios

A Celgpar, através da ELETRA, oferece aos seus empregados o plano denominado Plano Misto de Benefícios - CELGPREV, instituído a partir de setembro de 2000, na característica de Contribuição Definida - CD, durante o período de acumulação e de Benefício Definido, na fase de pagamento.

A Celgpar tem responsabilidade, no Plano Misto, e na fase de acumulação, variável em função das quotas de recolhimentos dos associados, todavia limitada a um máximo de 20% das remunerações mensais. Na fase de pagamento, após a transferência da reserva acumulada em conta coletiva para o beneficiário da renda vitalícia, a Companhia assume a responsabilidade apenas pela variação negativa das hipóteses de sobrevivência.

b) Descrição do Plano Misto de Benefícios - CELGPREV

b1) Características

O plano prevê a acumulação de reservas individualizadas, por recolhimento mensal de quotas pelos ativos e pela patrocinadora, com base compulsória de 2% sobre os salários, acrescidas de contribuições facultativas definidas pelos participantes em que a patrocinadora acompanha até o limite de 20% dos salários. Há ainda, contribuições extraordinárias do participante sem contrapartida da patrocinadora. O saldo de quotas acumulado na data de concessão do benefício é transformado em renda vitalícia. Os aportes patronais são mantidos em conta coletiva até a data da concessão, quando se transformam em nominativos aos beneficiários.

Os benefícios do Plano são os seguintes:

BENEFICIO
Suplementação de Aposentadoria
Suplementação de Aposentadoria por Invalidez
Suplementação de Pensão
Suplementação de Abono Anual

c) Estatísticas dos participantes e assistidos do Plano CELGPREV

2
58
MS

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ESTATÍSTICAS	CONTROLADORA
	31/12/2018
Participantes Ativos	5
Idade Média (anos)	54,0
Salário Médio (R\$)	6.886
Aposentados Válidos	1
Idade Média (anos)	60,0
Benefício Médio (R\$)	6.487

d) Custo do Patrocinador

Até o final do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o montante de contribuições da Celgpar para a ELETRA foi de R\$ 144.

e) Política adotada para reconhecimento de Perdas e Ganhos atuarias:

e1) De acordo com a Lei Complementar nº. 108, de 29 de maio de 2001, os resultados deficitários dos planos devem ser equacionados paritariamente entre as Patrocinadoras, os Participantes e os Assistidos, enquanto que os superávits são destinados à constituição de reserva de contingência.

e2) De acordo com a divulgação dos Resultados Atuariais, efetuado por empresa de consultoria independente, com base na NBC TG 33 – R1 (Benefícios a Empregados), o Plano Celgprev apresentou montante para Valor da Obrigação Atuarial do Plano, comparativamente aos resultados de 31/12/2017. Dessa forma foi efetuado o reconhecimento de passivo atuarial no valor de R\$ 128, contra resultados abrangentes, à luz da NBC TG 33 – R1 (Benefícios a Empregados).

35. Outras informações

a. Conciliação entre o Lucro Líquido e o Caixa Líquido Gerado/Consumido nas Atividades Operacionais

Conforme as orientações do item 20A da NBC TG 03 – R2 (Demonstração dos Fluxos de Caixa), a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais deve ser fornecida, caso a entidade utilize o Método Direto para apurar o fluxo líquido das atividades operacionais. Abaixo a referida conciliação:

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	62.506	124.768	62.506	124.768
MAIS	634	210	77.681	129.612
Depreciação/Amortização	6	3	1.205	1.437
Custo da Construção	-	-	70.802	99.272
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	676	100
Outras Despesas Financeiras - Variações Monetárias	628	207	1.619	2.381
Diferimento de Tributos	-	-	-	22.292
MENOS	(67.324)	(155.337)	(188.559)	(300.141)
Ganho de Equivalência Patrimonial	(58.544)	(88.209)	(13.833)	(22.514)
Receita da Construção	-	-	(70.802)	(99.272)
Outras Receitas Financeiras - Variações Monetárias	(8.780)	(67.128)	(8.830)	(67.128)
Outras Receitas Operacionais	-	-	-	(21)
Receita Financeira da Concessão	-	-	(80.845)	(73.786)
Receita operacional - Laudo RBSE/RPC	-	-	-	(37.279)
Diferimento de Tributos	-	-	(14.249)	(92)
AJUSTES POR VARIAÇÃO NO CAPITAL DE GIRO LÍQUIDO	(4.796)	(233.824)	126.382	(198.593)
Contas a receber	-	-	106.262	29.533
Créditos fiscais	-	-	(228)	5.765
Outros devedores	7.375	57.952	7.806	57.459
Estoques	-	-	330	(938)
Despesas pagas antecipadamente	-	-	(679)	43
Fornecedores	(7)	1	410	(58)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	-	-	485	(2.583)
Tributos e contribuições sociais	(1.660)	(291.175)	22.892	(287.544)
Obrigações estimadas	88	141	88	141
Encargos Setoriais	-	-	1.427	877
Benefício Pós-Emprego	-	-	(1)	42
Outros credores	3	14	(1.653)	(573)
Outras variações ativas e passivas	(10.595)	(757)	(10.595)	(757)
CAIXA LÍQUIDO GERADO(CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(8.980)	(264.183)	78.010	(244.354)

b. Autorização para Apresentação das Demonstrações Financeiras

Eventos subsequentes ao período a que se referem essas Demonstrações Financeiras são eventos, favoráveis ou desfavoráveis, que ocorrem entre a data final do período a que se referem, ou seja, 31 de dezembro de 2018, e a data na qual é autorizada a emissão dessas Demonstrações.

As Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018 da Celgpar tiveram sua emissão autorizada no âmbito da Diretoria em 22 de março de 2019, e foram apreciadas no âmbito dos Conselhos de Administração e Fiscal em 28 de março de 2019.

c. Continuidade Operacional

60

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Objetivando estabelecer as condições de continuidade operacional da Companhia, a Administração da Celgpar pretende implementar as seguintes medidas nos próximos exercícios sociais:

- i. No saneamento parcial da situação de Passivo a Descoberto capitalizar, dada à condição de Companhia Aberta da Celgpar, os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital efetuados pelo Estado de Goiás, que totalizaram em 31 dezembro de 2018 o montante de R\$ 1.252.877 (Ver NE 14);
 - ii. Manter, quando necessárias, as solicitações de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, junto ao Estado de Goiás, em níveis condizentes com sua execução orçamentária, buscando garantir a situação de adimplência com fornecedores, governo e financiadores;
 - iii. Estabelecer condições de gerenciamento e captura dos resultados futuros e fluxo de dividendos da Controlada Celg GT, a partir da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro das concessões de geração e transmissão.
- d. Evento Subsequente – Capitalização de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital na Controlada Celg GT

Conforme Nota Explicativa nº 11, a Celgpar detinha consignado o montante de R\$ 13.600, como Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC na Controlada Celg GT, em 31 de dezembro de 2018. Conforme deliberações no âmbito da 89ª Assembleia Geral Extraordinária de acionista da Celg GT, ocorrida em 28 de novembro de 2018, porém registrada na Junta Comercial do Estado de Goiás – JUCEG em 21 de janeiro de 2019, ocorreu a capitalização de R\$ 12.100 destes AFAC.

e. Evento Subsequente – Energização da LT 230 kV Firminópolis – Trindade

Conforme Nota Explicativa nº 12.f, A Controlada Celg GT participou do Leilão ANEEL nº. 05/2015, tendo vencido o Lote L, para a construção de subestações e linhas de transmissão da Rede Básica, referente à LT 230 kV Trindade – Firminópolis, em uma extensão de 83 Km. Para a implantação e exploração desse empreendimento foi constituída, em fevereiro de 2016, a SPE Firminópolis Transmissão S.A., tendo esta entrado em operação comercial no dia 1º de março de 2019.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: José Fernando Navarrete Pena

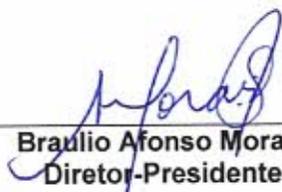
Membros: José Fernando Navarrete Pena, José Taveira Rocha, Elie Issa El Chidiac, Lucas Paula da Silva, Flávio Lopes de Assis, Paulo Roberto Miguez Bastos da Silva, Celso Flores Pinto, Sérgio Augusto Inácio de Oliveira e Alladio Teixeira Alvares Neto.

CONSELHO DE FISCAL

Presidente: Enio Pascoal

Membros: Enio Pascoal, Fernando Xavier da Silva, Rene Pompeo de Pina, Moacyr Augusto da Silva Salomão e Leonardo Michelsem Monteiro de Barros.

DIRETORIA



Bráulio Afonso Moraes
Diretor-Presidente

CPF: 082.965.101-20

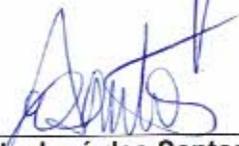


Humberto Tannus Júnior
**Diretor Vice-Presidente e de relações
com Investidores**

CPF: 167.058.231-00



Anita Luzia de Souza Pinheiro da Costa Belchior
Diretora de Gestão Corporativa
CPF: 704.879.101-25



Eduardo José dos Santos
Contador – CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia CELG de Participações – CELGP
Goiânia – GO

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia CELG de Participações S/A - CELGP ("CELGP" ou "Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir, intitulada "**Base para opinião com ressalva**", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Companhia CELG de Participações S/A - CELGP** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seu respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião com ressalva

Revisão das Demonstrações Financeiras controlada – Limitação de escopo

Os procedimentos de revisão aplicados nas contas que registram os investimentos em controladas ficam adstritos a avaliação interna de transações com partes relacionadas, notadamente dos lançamentos de equivalência patrimonial na investidora CELG Par, em função dos resultados apurados na auditoria das Demonstrações Financeiras de sua investida CELG GT. Dentre os procedimentos aplicados, destaca-se a análise do relatório de auditoria firmado pelos auditores independentes responsáveis pela auditoria das Demonstrações Financeiras de aludidas investidas, os quais atestam sua exatidão e propriedade. Neste sentido, destacamos que na data base de nossa opinião, a controlada CELG GT apresentou parecer de auditoria ressalvado, conforme transcrito abaixo na íntegra:

"BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVAS"

"Até a presente data o Relatório dos Auditores Independentes – RAI acerca das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018, que serviram de base para a CELG GT

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

efetuar a avaliação dos investimentos relevantes pelo método de equivalência patrimonial (MEP) conforme NBC TG 18(R3) das investidas VALE SÃO BARTOLOMEU TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A – CNPJ(MF) 18.748.842/0001-91 com investimentos de R\$ 37.250, bem como LAGO AZUL TRANSMISSÃO S/A CNPJ(MF) 19.698.987/0001-98 com investimentos de R\$ 30.973, não nos foi apresentado, na forma do que preconiza a NBC TA 600(R1), uma vez que aludidas investidas estão obrigadas por lei a proceder a contratação de auditores independentes para exame de suas demonstrações contábeis. A ausência do RAI das investidas inviabilizou a validação dos retro mencionados saldos de investimentos e suas contrapartidas em contas de resultado do exercício que repercutiram diretamente no patrimônio líquido da Companhia, impedindo-nos de opinar, como de fato não opinamos acerca da exatidão dos precitados lançamentos e sua apropriação contábil nas contas dos respectivos investimento e suas contrapartidas, conforme demonstramos adiante”:

Investida	Participação no capital social (%) 31/12/2018	Patrimônio Líquido Ajustado	Resultado do exercício	MEP 31/12/2018	Aportes e AFAC	Investimento em 31/12/2018
Vale do São Bartolomeu	10,00%	372.501	(15.537)	(1.554)	1.100	37.250
Lago Azul Transmissão	50,10%	62.823	6.052	3.032	-	30.973
		435.324	(9.485)	1.478	1.100	68.223

Assim, resta claro o posicionamento da auditoria da Controlada CELG GT, destacando que o balanço patrimonial e demonstração de resultado do período finalizado em 31 de dezembro de 2018, está limitado à conclusão por conta da avaliação de seus investimentos de suas controladas Vale São Bartolomeu Transmissora de Energia S/A e LAGO AZUL TRANSMISSÃO S/A, cujos saldos são representativos para fins de fechamento contábil. Realizamos nossos procedimentos de auditoria e análise dos saldos consolidados da Companhia para 31 de dezembro de 2018, considerando o balanço da controlada para esta mesma data, entretanto, a apresentação do parecer ressalvado de auditoria da controlada é uma limitação de escopo em nossos trabalhos, impossibilitando-nos de sugerir ou opinar, se necessário, em toda sua extensão, ajustes no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício. Caso todo o saldo estivesse errado o ativo da Companhia e consequentemente seu Patrimônio Líquido estariam sobreavaliados no valor de R\$ 68.223.

Nossos trabalhos de auditoria foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Passivo a descoberto

Conforme mencionado na nota explicativa nº 22, a Companhia, está com um passivo a descoberto no

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

montante de R\$ (1.714.752) mil, que dependerá da capacidade de realização de seus ativos e seus investimentos em valores suficientes para cobrir as obrigações circulantes e não circulantes. A Companhia detém, para o saneamento parcial da situação de passivo a descoberto junto ao estado de Goiás, referente a Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, que totalizaram em 31 de dezembro de 2018 o montante de R\$ 1.252.877 mil. Adicionalmente, destacamos que o saldo do passivo a descoberto da Companhia totaliza o montante de R\$ 461.875 mil, se houver a integralização do AFAC. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria da demonstração financeira como um todo e na formação de nossa opinião sobre essa demonstração financeira e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

a) Ativo de Contrato na controlada (Nota explicativa 11)

Conforme Nota Explicativa nº 11, o principal ativo consolidado da Companhia é seu ativo financeiro no montante de R\$ 872.401 mil (R\$ 830.915 em 31 de dezembro de 2017), segregado em curto e longo prazo, de acordo com a vigência do contrato de concessão. Esses saldos estão segregados com o contrato de concessão nº 063/2001, referente a subestações e linhas de transmissão, contrato de concessão nº 03/2015, linha de transmissão Itumbiara - Paranaíba, contrato de concessão nº 02/2016, Usina de Rochedo, contrato de concessão nº 04/2016, Subestação Luziânia e Portaria MME nº 352/2013, Usina de São Domingos. A administração registra, atualmente, os contratos de concessão de geração/transmissão de energia dentro dos critérios de aplicação da política contábil IFRS 15 (CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente), reconhecendo a receita por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos e os eventuais impactos por julgamentos e entendimentos dos registros do ativo financeiro da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) a avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados aos dispêndios incorridos na execução dos contratos; ii) leitura de todos os Despachos, Portarias e Contratos de Concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; iii) a avaliação das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos, de fluxo de caixa, na margem do contrato e na definição na taxa de desconto utilizada no modelo; e iv) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Também informamos que focamos na adequação das notas explicativas e divulgações efetuadas pela

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia.

b) Investimentos na controlada (Nota explicativa 11)

Conforme na Nota Explicativa nº 11, na demonstração financeira da controlada CELG GT possui registrado, em 31 de dezembro de 2018, saldos de coligadas e controladas em conjunto "joint venture" no montante de R\$ 168.221 (R\$ 153.637 mil em 31 de dezembro de 2017), esses saldos sofreram um aumento devido aportes e AFAC e equivalência patrimonial das investidas. A Companhia detém 20% (vinte por cento) da Energética Fazenda Velha S/A, com a concessão de 35 anos, a participação na Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S/A são de 10% (dez por cento), a Energética Corumbá III S/A a participação é de 37,50% (trinta e sete vírgula cinco por cento), na Pantanal Transmissão S/A a Companhia participa de 49% (quarenta e nove por cento), Lago Azul Transmissão S/A a participação acionário de 50,1% (cinquenta vírgula um por cento) e Firminópolis Transmissão S/A a participação de 49% (quarenta e nove por cento) do capital social.

Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos entre as coligadas e *joint ventures*, sendo que a Administração da Companhia necessita de um rigoroso controle desses investimentos para que seus saldos quando consolidados tenham segurança na determinação dos valores apresentados.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a revisão dos controles internos da Companhia sobre as demonstrações de suas investidas para base do cálculo da equivalência patrimonial, a revisão dos cálculos e composições de participação individual em cada investida, validação dos controles analíticos elaborados pela Administração da Companhia, testes na efetivação do saldo de equivalência patrimonial, movimentação do mapa de investimento e leitura de todos as demonstrações financeiras destas investidas. Também efetuamos a análise da razoabilidade dos cálculos matemáticos incluídos em tais documentos. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis.

A ausência de demonstrações contábeis das investidas Vale São Bartolomeu e Lago Azul suportadas por opinião de seus auditores independentes, ensejou por sua vez, a modificação da opinião dos auditores da controlada CELG GT e, conseqüentemente nossa opinião, conforme registrado no parágrafo de "base para opinião com ressalva".

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria da demonstração financeira da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com a demonstração

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

financeira e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação à demonstração financeira tomada em conjunto.

Outras informações que acompanham a demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre a demonstração financeira não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstração financeira livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração da demonstração financeira, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração da demonstração financeira.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações na demonstração financeira ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se a demonstração financeira representa as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Blumenau (SC), 28 de março de 2019.
Berkan Auditores Independentes S.S.
CRC SC-009075/O-7 S GO

Bradley Ricardo Moretti
Contador CRC SC-023618/O-6 S GO

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Parecer do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria Estatutário e Declarações de
Concordância
Em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Celg de Participações - Celgpar, em cumprimento à Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e às demais disposições legais e estatutárias, conheceram e examinaram o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras e os respectivos documentos complementares, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Com base nos exames efetuados e, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras, com as ressalvas inseridas pela ausência das Demonstrações Financeiras auditadas, de 31 de dezembro de 2018, da Controlada Indireta Lago Azul Transmissão S.A. e da Coligada Indireta Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A., que não cumpriram os prazos legais de envio destas Demonstrações à Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT, devidamente emitido pela Berkan Auditores Independentes S.S., em 28 de março de 2019, bem como as informações e esclarecimentos recebidos da Administração da Companhia Celg de Participações - Celgpar no decorrer do exercício, opinam que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Goiânia, 28 de março de 2019.

Fernando Xavier da Silva
Vice-Presidente

Rene Pompeo de Pina
Membro

Moacyr Augusto da Silva Salomão
Membro

Leonardo Michelsem Monteiro de
Barros
Membro



70

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR

Parecer do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria Estatutário e Declarações de Concordância

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Os integrantes do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia Celg de Participações-CELGPAR, em cumprimento à Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e às demais disposições legais e estatutárias, conheceram e examinaram as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Com base nos exames efetuados e, considerando, ainda, a minuta do Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras, com as ressalvas inseridas pela ausência das Demonstrações Financeiras auditadas, de 31 de dezembro de 2018, da Controlada Indireta Lago Azul Transmissão S.A. e da Coligada Indireta Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A., que não cumpriram os prazos legais de envio destas Demonstrações à Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT, a ser emitido pela Berkan Auditores Independentes S.S., em 28 de março de 2019, bem como as informações e esclarecimentos recebidos da Administração da Companhia Celg de Participações - Celgpar no decorrer do exercício, opinam que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação do Conselho Fiscal, em consonância com o § 1º, Art. 66, do Estatuto Social.

Goiânia, 25 de março de 2019.

Julio Cesar Costa
Presidente

Osair Pinheiro Silva
Integrante do Comitê de
Auditoria Estatutário

Bianca Christine Martins Rezende
Steindorff
Integrante do Comitê de Auditoria
Estatutário



COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Parecer do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria Estatutário e Declarações de
Concordância

Em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM O PARECER DOS
AUDITORES INDEPENDENTES**

Os Diretores da Companhia Celg de Participações - CELGP, em cumprimento ao disposto no Art. 25, inciso V da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, e às disposições estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com o Parecer, com ressalvas, da Berkan Auditores Independentes S.S., emitido em 28 de março de 2019, referente às Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2018. Não obstante a esta concordância, os Diretores informam que a motivação das ressalvas no Parecer dos Auditores diz respeito, exclusivamente, ao descumprimento dos prazos legais por parte da Controlada Indireta Lago Azul Transmissão S.A., e da Coligada Indireta Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A., que culminaram na falta do encaminhamento, em prazo hábil, das Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2018 destas investidas, devidamente acompanhadas do Parecer dos seus Auditores Independentes.

Goiânia, 28 de março de 2019.


Braulio Afonso Moraes
Diretor-Presidente
CPF nº. 082.965.101-20


Humberto Tannus Júnior
Diretor Vice-Presidente e de Relações
com Investidores
CPF nº. 167.058.231-00

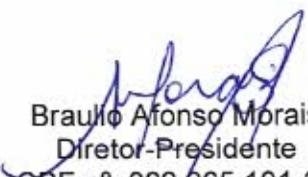

Anita Luzia de Souza Pinheiro da
Costa Belchior
Diretora de Gestão Corporativa
CPF: 704.879.101-25

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Parecer do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria Estatutário e Declarações de
Concordância
Em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da Companhia Celg de Participações - CELGP, em cumprimento ao disposto no Art. 25, inciso VI da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, e às disposições estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2018.

Goiânia, 28 de março de 2019.



Bráulio Afonso Moraes
Diretor-Presidente
CPF nº. 082.965.101-20



Humberto Tannus Júnior
Diretor Vice-Presidente e de Relações
com Investidores
CPF nº. 167.058.231-00



Anita Luzia de Souza Pinheiro da
Costa Belchior
Diretora de Gestão Corporativa
CPF: 704.879.101-25